



**ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2023**

--- Aos vinte e quatro dias, dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas quinze horas, sob a presidência do senhor presidente da Assembleia Municipal Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa, secretariada pelos senhores secretários Maria de Fátima Rodrigues da Costa Graça Duarte e Vasco Miguel dos Reis Marques e, com a seguinte Ordem de Trabalhos: - Intervenção do Público de acordo com o nº 4, do Artº 38º, do Regimento da Assembleia Municipal; **PAOD; Ponto Um** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 23.01.2023, do **"Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação 2023 - 2026"**, ao abrigo da alínea a), do nº 1, do Artº 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º, do Regimento da A.M.); Ponto Dois** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 23.01.2023, sobre a **"Alteração ao Regulamento Municipal para a Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior"**, ao abrigo da alínea k), do nº 1, do Artº 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4, do Artigo 35º, do Regimento da A.M.); Ponto Três** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 06.02.2023, sobre a **"Transferência de competências para a União de Freguesias de Serra e Junceira"**, ao abrigo do nº 2, do artº 5º, do Dec. Lei nº 57/2019, de 30 de abril; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º, do Regimento da A.M.); Ponto Quatro** - Discussão do **"Plano Ferroviário Nacional"**; **(Grelha B de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º, do Regimento da A.M.); Ponto Cinco** - **"Apreciação da Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar"**, ao abrigo da alínea c), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **Ponto Seis** - **"Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia"**, ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. O **Ponto Cinco** e o **Ponto Seis** terão discussão conjunta **(Grelha C de Tempos a que se refere o número 4 artigo 35º do Regimento da A.M.)**. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, iniciou a sessão com uma nota pessoal, agradecendo e sublinhando a participação que existiu no debate sobre a saúde que decorreu no Salão Nobre, que se encontrava completamente cheio. Lembrou também e, não fazendo parte de nenhuma moção, o dia triste de hoje, em que se completa a passagem de um ano, sobre o início de uma guerra nas fronteiras da Europa, e que a todos deve continuar a preocupar, como cidadãos da Europa e do mundo, e como humanistas, na qual são ceifadas milhares de vidas humanas, numa catástrofe todos os dias visível. -

--- O senhor deputado municipal João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata pediu a palavra para, na sequência da intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal, sobre a invasão da Ucrânia, propor um minuto de silêncio em memória das vítimas da guerra. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal afirmou que concorda com a proposta e, quando no início se referiu à guerra, tinha intenção de no fim do PAOD, solicitar essa homenagem, que faz todo o sentido e, com a aprovação da Assembleia, cumprir neste momento, um minuto de silêncio, em memória das vítimas da guerra. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal, na sequência do pedido de suspensão de mandato enviado pelo senhor deputado municipal Arlindo da Conceição Costa Nunes, foi convocado o senhor deputado municipal Nuno Miguel da Silva Ferreira, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao senhor presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal Américo Matos Fernandes Costa, do seguinte teor: *"Eu, Américo Matos Fernandes Costa, C.C. 06230523, NIF 138448680, com residência na Av. Cândido Madureira, 12 – 2300-531 Tomar. Eleito e exercendo funções como deputado eleito pelo Chega, na Assembleia Municipal de Tomar. Integrando tb o Conselho da Juventude e as comissões: Permanente, Ambiente, Alterações Climáticas e Proteção Civil, Florestas e Segurança Pública.* -----

*Por motivo de férias, delego as minhas competências pelo período de 1 de Janeiro a 27 de Fevereiro de 2023, ao nº 2 da lista do Chega, para a Assembleia Municipal de Tomar o Exmo Sr. Joaquim Jacinto Basso Ribeiro, C.C. 05182937, NIF 151432210.* -----

*Com os melhores cumprimentos, Américo Matos Fernandes Costa".* -----



--- Na sequência deste pedido, foi substituído pelo senhor deputado municipal Joaquim Jacinto Basso Ribeiro, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao senhor presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal Ricardo Jorge Martins Carlos, do seguinte teor: *"Venho por este meio indicar a minha ausência na sessão em epigrafe por motivo de compromissos anteriormente assumidos, devendo ser efetuada a substituição.* -----

*Cumprimentos, Ricardo Carlos".* -----

--- Na sequência deste pedido, foi substituído pelo senhor deputado municipal David Manuel Cascaes Alves, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao senhor presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição da senhora deputada municipal Maria Graciete da Purificação Reis Henriques Honrado, do seguinte teor: *"Venho por este meio informar da minha indisponibilidade para estar presente na reunião agendada para o próximo dia 24 de fevereiro.* -----

*Solicito a V.Exa. que diligencie os procedimentos necessários à minha substituição.* -----

*Apresento os melhores cumprimentos, Maria Graciete P. Reis H. Honrado".* -----

--- Na sequência deste pedido, foi substituída pelo senhor deputado municipal Manuel António Diogo Carlos, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao senhor presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal António Rodrigues da Costa Graça, Presidente da Junta de Freguesia da Sabacheira, do seguinte teor: *"Vimos por este meio solicitar a substituição do Presidente António Rodrigues da Costa Graça, pelo Tesoureiro, Hélder Fernando de Jesus Graça, a representar a Freguesia da Sabacheira em seu lugar, na 1ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a realizar dia 24 de fevereiro (sexta-feira), pelas 20h00, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.* -----

*-- Com os melhores cumprimentos, António Rodrigues da Costa Graça".* -----

-- Na sequência deste pedido, foi substituído pelo tesoureiro da Junta de Freguesia da Sabacheira, Hélder Fernando de Jesus Graça, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Estiveram presentes nesta sessão, para além da Mesa da Assembleia, os senhores deputados municipais: João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro; Ana Catarina Carvalheira do Rosário Pereira; Célia Maria Nunes Azevedo Bonet; Susana Alexandra Ferreira Faria; António Manuel Lourenço dos Santos; David Manuel Cascaes Alves; Nuno Miguel da Silva Ferreira; Manuel António Diogo Carlos; Joaquim Jacinto Basso Ribeiro; Bruno Vítor Domingos Graça; Paulo Alexandre Martins Mendes; Pedro Miguel dos Santos Lopes Pereira; Pedro Duarte de Almeida Estanqueiro e Cunha de Carvalho; Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares; Miguel José Costa Coelho Rodrigues; Alexandre Manuel Cardoso Antunes; Maria de Fátima Mendes Jacinto; Sílvia Paula Rosa da Silva; Carlos Manuel da Graça Simões Rodrigues; Francisco José Godinho Santos; Rui Cardoso Lopes; Amâncio Sequeira Ribeiro; António Marques Vicente; Hélder Fernando de Jesus Graça; Jorge Miguel Marques Pereira Graça; João Luis Cardoso Alves; Luísa Maria da Conceição Henriques; Américo da Conceição Pereira e Augusto Manuel Barros Alves. -----

--- Estiveram presentes, em representação da Câmara, a senhora Presidente, Anabela Gaspar de Freitas; o senhor Vice-Presidente, Hugo Renato Ferreira Cristóvão; a senhora Vereadora, Maria de Lurdes Ferromau Fernandes; o senhor Vereador, Tiago Manuel Henriques Carrão; o senhor Vereador, Luis António Antunes Francisco e o senhor Vereador, Hélder Duarte Henriques. -----

--- Faltou a senhora Vereadora Filipa Alexandra Ferreira Fernandes. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para Intervenção do Público de acordo com o nº 4, do Artº 38º, do Regimento da Assembleia Municipal. -----

--- Não havendo inscrições e entrando no **Período de Antes da Ordem do Dia**, o senhor presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata relativamente às moções, referiu que, são muitas e ainda bem, e que em relação à moção do Partido Socialista, sobre a *"Nova Nut II – Oeste e Vale do Tejo"*, referiu que iam votar a favor, considerando-a redundante, porque aquilo que é solicitado, é o que se espera de uma Câmara Municipal. Sobre a moção da CDU, relativa à *"Condenação da escalada de confrontação e guerra! Exigência da paz!"* e, após a sua leitura, disse ter ficado na dúvida de quem é que tinha invadido quem, porque se calhar foi os Estados Unidos e a Nato, que invadiram e entraram em guerra com a Rússia, afirmando que a CDU, ainda não conseguiu saltar o muro. Afirmou pedir desculpa à CDU, pelo que vai dizer, porque votaria a favor de uma moção de condenação da escalada e de confrontação e guerra e exigência da paz, não estando logicamente contra isso, mas a favor. No entanto afirmou que, quando a CDU diz que é a Nato e os Estados Unidos da América que provocaram esta guerra, e que é uma guerra contra a Rússia, disse já não poder



aceitar, e que é uma ofensa grave ao povo ucraniano, e à construção europeia. Reconheceu que nas guerras, não são todos bons, há bons e maus, em todo o lado e ninguém é inocente. Disse que votariam contra, repudiando por nos dias de hoje, se apresentar uma moção que diga coisas desta natureza. Relativamente à moção da CDU e do BE sobre a *“Saudação à luta dos Professores”*, votarão a favor, lembrando que, durante a pandemia, foi uma classe que se teve de reinventar, a custos próprias, dando aulas à distância, sublinhando que o ensino público deve ser valorizado. Lembrou que, o PS andou durante anos, na oposição, a acenar a bandeira da escola pública, e agora que estão no poder, têm de cumprir. Sobre a moção da CDU, relativa ao *“Dia da Mulher”*, disse que por vezes se arrepia com os textos, quando dizem “garantir a igualdade e o acesso à saúde e segurança social”, afirmando que estamos no século XXI. Perguntou onde é que uma mulher não tem igualdade nestas áreas, até porque a maior parte dos organismos públicos em Portugal, os dirigentes são mulheres. Saudou a questão histórica e irão abster-se nesta moção. -----

--- Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular sobre o recorde na apresentação de moções, mostrou a sua preocupação, porque muitas delas já foram faladas, na Assembleia, dezena de vezes, e a verdade é que se continua a bater nas mesmas teclas, e a não ter resultados práticos, daquilo que é aprovado nesta casa. Afirmou que se calhar, na próxima Assembleia, haverá novo recorde, porque se irão apresentar estas, e todas aquelas que se aprovarem e, no final do mandato, fazer uma Assembleia Municipal só para o PAOD, para discutir tudo aquilo que ficou por falar. Sobre o requerimento do CDS, relativo à segurança, e o Conselho Municipal de Segurança, questionou se é reativação, se é reunir o órgão, porque a transparência do portal da Câmara Municipal, é o que é, não se encontrando o Regulamento do referido Conselho, se está atualizado, se as pessoas que o compõem, já tomaram posse, afirmando que só sabe que não tem reunido. Sublinhou que, pelas razões que enumerou, o Conselho deve reunir e, embora ache que Tomar seja um concelho seguro, entende, no entanto, que, não se pode dar a segurança do concelho de Tomar como garantida, daí ser importante manter o tema em alerta, e perceber aquilo que todos poderão fazer, sobre este importante tema, solicitando a todos, a sua aprovação. Sobre a moção da *FrEEE*, referiu ter sido uma proposta que fez no Conselho Municipal de Juventude, vai para oito anos, e achava que a Câmara a tinha colocado em prática, porque era uma forma bastante útil de poder juntar empresas, desempregados, jovens à procura do primeiro emprego, instituições de educação e, entende que é uma ideia que a Câmara não devia ter deixado cair e, também naquela que é a promoção do empreendedorismo num concelho, que se quer a gerar riqueza, a cada dia que passa. Sobre a moção *“Incubadora e Aceleradora de Empresas”* referiu que, já apresentou algumas sobre este tema, e nesta, tenta descrever aquilo que separa e distingue, o que é uma incubadora, e uma aceleradora, e a importância em que não é só ter um edifício, e dizer que aquilo é uma incubadora, mas também um conjunto de serviços e equipamentos, que se colocam à disposição destas empresas. Referiu que, aquele conceito, algures no tempo, de Tomar industrial, em que se começou a decidir que, quem vinha investir em Tomar, sendo um processo difícil, tinha de ser alguém com muita categoria e, sendo o caso, parece que se anda sempre a reboque dos outros. Afirmou que, há dez anos, ouviu que esta proposta tinha sido feita, sublinhando que continuamos sem ela. Por último, referiu a moção que passou a recomendação, sobre a videoconferência, afirmando que, na altura devida, se devia fazer uma proposta de alteração ao Regulamento, afirmando que o mesmo é retrógrado, e que Tomar, uma vez mais, anda em contracorrente, o mundo inteiro avança para a videoconferência, como forma de podermos todos comunicar, de forma a poder facilitar o contacto entre todos, como forma de poupar recursos e de organização, e Tomar não, vai ao contrário, porque têm de estar todos presentes, independentemente de tudo. Afirmou que, às segundas-feiras, como não há emprego para os jovens, são obrigados a ir para fora do concelho e do país, à terça-feira não pode haver videoconferência, porque só quem está em Tomar, e tem a possibilidade de estar nas reuniões, é que pode participar e, com o devido respeito, daqui a uns anos, só pode ser deputado municipal, os reformados, ou funcionários públicos, os restantes, não poderão participar nas reuniões. Referiu que, fará esta proposta em sede própria, sendo certo que aquilo que é importante registar, é que Tomar, mais uma vez, anda sempre em contraciclo. -

--- Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária, fez uma intervenção do seguinte teor: *“Ao iniciarmos esta nossa primeira intervenção, não podemos deixar de tecer algumas considerações, sobre o resultado das votações que hoje mesmo ocorreram, dos Projectos Lei apresentados pelo PCP, na AR, cujo objectivo era a abolição de portagens na A13 e A23. ----- Como é do conhecimento, provavelmente de todos, o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, votaram contra a abolição das portagens, nestas duas vias estruturantes, para a mobilidade das populações que, as tem de utilizar, não só para se deslocarem para os seus empregos como para terem acesso aos hospitais do CHMT. Também o tecido empresarial sai penalizado, com esta posição*



*destes dois partidos. -----*

*E curioso, é este chumbo ocorrer dois meses depois, destas forças políticas terem votado, nesta Assembleia Municipal, a sua abolição. -----*

*Bem podemos dizer que “de promessas está o mundo cheio e que ... as leva o vento”. -----*

*Uma outra nota, para mostrar a nossa preocupação, com o tempo de espera nas urgências básicas do nosso Hospital N.º Sra. da Graça. Não é aceitável que, doentes esperem mais de três horas na urgência, para serem atendidos por um médico, quando esse período de espera, não deveria ir além de uma hora. Depois do que ouvimos na sessão pública, organizada pela AM, sobre saúde, ficámos a pensar que estas anómalas situações não eram expectáveis no nosso Hospital. Afinal ... estávamos enganados”. -----*

De seguida afirmou que, a discussão sobre a saúde do nosso concelho, tem de ser feita de maneira diferente, daquela que ocorreu, porque é preciso que não se venha só debitar uma série de promessas, sobre aquilo que se está eventualmente a fazer, é preciso ir ao fundo das questões, ver o que está mal, aquilo que prejudica a população, nos acessos à saúde, e aquilo que é possível e como é possível fazer, essas alterações. Recordou, uma última pergunta que fez, sobre o que pensava, relativamente às Unidades de Saúde Locais e, uma das pessoas que estava como conferencista, embora não fosse bem esta palavra, afirmou de uma maneira mais clara, que era funcionária pública, e que cumpria aquilo que vem de cima. Referiu que, não é isto que se quer dos dirigentes, queremos que os dirigentes destas instituições, cumpram o seu papel, têm uma cadeia, e que saibam colocar à discussão e publicamente, aquilo que acham que está mal, para que possa ser corrigido, não dizendo *ámen* a tudo, só porque são um elo da cadeia do poder central, até chegar aqui, porque não é isso que as pessoas e o país precisam, mas sim de gente crítica, criativa, e que tenha coragem para dizer que, se é isto que está estipulado fazer, mas não estando correto, sendo melhor de outra maneira, apresentar essas soluções. Disse que, espera que estas situações possam ser rapidamente corrigidas, quer as portagens, quer a questão do acesso à saúde. Ainda sobre o acesso à saúde e o Dia Internacional da Mulher, na moção apresentada, houve o cuidado de colocar na Lei e na vida, porque uma coisa é a Lei, outra coisa, por vezes muito diferente, é a vida e, se hoje há legislação que já cobre muitos dos direitos dos sexos, e sendo verdade, mas na vida real, isso não é tão verdade assim, até porque o ponto um, desta sessão, se vai falar desse problema, não sendo tão desajustado e tão antiquado, e fora do Portugal real. Salientou que, existe um país virtual, que é uma narrativa que o poder tem para nos dizer uma coisa, mas depois há o país real e, esse país real, está muito longe de coincidir com o país virtual. Salientou muitas das situações mencionadas, na moção respetiva, em que a mulher continua a ser a principal responsável, e que não mantém os mesmos direitos, embora a Lei diga uma coisa, e em que se vê, mais claramente, a diferença de comportamentos. -----

--- Joaquim Jacinto Basso Ribeiro, do Partido CHEGA, fez uma intervenção do seguinte teor: *“Congratulamo-nos, os grupos municipais do PSD, assim como do CDS/PP, por se terem aliado ao Partido CHEGA, na defesa da segurança no concelho de Tomar. Após os inúmeros casos de agressões, roubos e vandalismo que tem ocorrido no nosso concelho, voltamos a apresentar a esta Assembleia Municipal a moção apresentada anteriormente pelo Partido CHEGA, a qual foi chumbada pelos grupos municipais do PS, CDU e Bloco de Esquerda. Infelizmente concluímos que as nossas preocupações estavam certas e não eram exageradas. Todos os atos de violência são inaceitáveis. Todos os cidadãos, todas as comunidades devem respeitar as forças de segurança, reconhecendo o seu papel na sociedade, assim como a sua autoridade. Assim, perante estes factos, voltamos a insistir nesta Assembleia Municipal que a Câmara Municipal convoque de imediato o Conselho de Segurança, exigir ao Ministério da Administração Interna o reforço de efetivos e que seja elaborado um plano municipal de segurança, analisar a possibilidade de instalação de câmaras de vigilância na cidade e que seja adotado um plano estratégico de iluminação em áreas, como jardins, ermos e bairros da cidade. Por fim, a implementação de um programa de combate ao consumo de droga”. Por último apresentou a moção sobre “Falecimento de agente da PSP de Tomar”. -----*

--- João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata (2ª intervenção) afirmou que, acompanhou algumas reuniões da Câmara Municipal, pelas gravações e, relativamente ao edifício do SMAS, a senhora Presidente da Câmara Municipal, ao dizer que vai desistir da ação, questionou porque é que teve tanto tempo à espera, a gastar honorários com advogados, e não exerceu o direito de preferência, sendo aquele um dos edifícios emblemáticos e se vão ser apuradas consequências, dentro dos serviços da Câmara Municipal. A Câmara perdeu a ação, porque não exerceu o direito legal de preferência e pretende saber quanto é que a Câmara gastou por uma ação em que a senhora Presidente veio a desistir. Referiu que o Conselho Municipal de Segurança, tem de reunir de três em três meses, como está na Lei, questionando porque não requereu essa reunião, com a periodicidade



mencionada, quando o órgão está instalado e, curiosamente, depois de dois três dias, registaram-se episódios de violência em Tomar, junto à porta de um estabelecimento noturno. Referiu que, a senhora Presidente da Câmara, respondeu a instâncias de companheiros de partido, na Câmara, que o Conselho Municipal de Segurança já tinha reunido uma vez, tendo questionado quando é que reuniu, além da tomada de posse, e que conclusões tirou. -----

--- Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (2ª intervenção) sobre as moções dos restantes partidos e, relativamente à do Bloco de Esquerda sobre o Dia Internacional da Mulher, dá nota da questão do conservadorismo, mas como a seguir fala em reacionarismo de forma negativa, diz perceber o conceito e, assim, consegue perceber a posição destes dois termos, pelo que está de acordo, assim como a moção, também do BE, sobre "Promover a Escola Pública e o Respeito pelos Direitos dos Professores". Sobre a moção do Partido CHEGA, "Combate ao crime e promoção da segurança", também votará a favor, felicitando-o por se ter aliado ao CDS, na questão da segurança e não o contrário. Afirmou total solidariedade relativa à moção, do Partido CHEGA, sobre o "Falecimento do agente da PSP de Tomar". Sobre a moção do "Conselho Municipal de Segurança, do PSD, referiu estar de acordo. Sobre a moção do PSD "Mais habitação no concelho de Tomar", afirmou que seria importante perceber os prazos que a Câmara Municipal está a demorar a licenciar imóveis e projetos em Tomar, perceber qual é o prazo médio desses licenciamentos, como é que as coisas correm e tentar perceber, naquilo que é a dimensão dos serviços da Câmara Municipal, se as coisas correm como devem ser, ou não, uma vez que têm chegado ao CDS alguns registos de demoras. Sobre a moção do PSD "Pelo rigor da obra pública", disse que deve deixar a todos preocupados, quando existe uma moção a pedir rigor no uso dos dinheiros públicos. Relativamente à moção da CDU, sobre o "Dia Internacional da Mulher", afirmou ter total respeito pelo deputado municipal Bruno Graça e pelo Presidente Francisco, porque certamente muitas destas coisas vêm do Comité Central, mas pena por a CDU continuar a usar todo e qualquer tema para fazer política. Sobre a moção da CDU "Condenação da escalada da confrontação e guerra! Exigência da paz!", afirmou que deve ter sido das moções mais tristes que viu serem apresentadas numa Assembleia Municipal, com a tentativa de manipular a história, e aquilo que é a realidade, e caracterizar aquilo que todos sabem, e que o deputado municipal Bruno Graça e Presidente Francisco, também devem saber, só que mais uma vez o referido texto deve ter ido para todos os concelhos do país. Sublinhou que não tem palavras para descrever o que está na referida moção, a não ser de uma tentativa de chamar a todos de burros e ignorantes e, jamais poderia permitir que isso acontecesse. Sobre a moção da CDU "Saudação à Luta dos Professores", são colocados outros temas que não têm a ver com a questão. Sobre a moção do PS "Dia Europeu da vítima de crime – violência doméstica" está de acordo. Sobre a moção da "Nova NUTII – Oeste e vale do Tejo", afirmou que já foi tudo dito. -----

--- António Manuel Lourenço dos Santos, do Partido Social Democrata referiu que, na intervenção inicial do senhor Presidente da Assembleia Municipal, citou a recente iniciativa da Mesa da Assembleia de realizar um colóquio sobre o estado da saúde no concelho de Tomar e, relativamente a essa iniciativa, que felicitou pelo esforço desenvolvido, solicitou se era possível obter a informação que foi despejada nessa conferência, porque foi demasiada informação e rápida, e ficou-se com uma mão cheia de nada, e só haverá alguma utilidade dessa iniciativa, se houver acesso a essas informações, para se poder avaliar e analisar. Afirmou que, não conseguiu tirar conclusão nenhuma, sobre o estado da saúde no concelho de Tomar, em função daquilo que foi apresentado, porque houve alguma fala de informação por parte dos oradores. -----

--- Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, começou por referir que, vendo estas moções sobre a segurança, uma pessoa que não esteja dentro desta problemática, e da vida de quotidiano da cidade, fica altamente preocupado, porque quatro forças políticas a apresentarem moções de segurança, dá ideia que se vive num concelho, onde o crime é realmente preocupante. Saliu que, a segurança é importante e deve merecer debate, mas tudo aquilo que é em excesso, induz as pessoas em erro. Sugeriu que as pessoas se informassem da origem das coisas, como é que estes episódios aconteceram, e assim daria para perceber a realidade. Sobre o Conselho Municipal de Segurança disse supor que ele foi instalado no primeiro mandato, em que houve uma reunião, passou o segundo, corre o terceiro e zero de Conselho e, quando dizem que ele está instalado, depende do ponto de vista e, sendo mais radical, afirmou que ele não existe. Disse que se tem de abordar este tema de forma diferente, pugnando pela reinstalação e reunião do Conselho Municipal de Segurança. Afirmou ser contra aos extremismos, nem de direita nem de esquerda, e o deputado municipal Francisco Tavares, teve uma intervenção, numa primeira parte excelente, relativa à videoconferência e uma segunda parte desastrosa, porque a videoconferência tem de ser considerada uma exceção e, o deputado municipal, definiu-a quase como regra e, assim futuramente,



estaremos em casa, à lareira, a participar numa Assembleia Municipal, sublinhando que nem demais nem de menos. Disse concordar com a moção do CDS sobre o FrEEE, recordando os orçamentos participativos, que foram uma bandeira do CDS, que de repente acabaram assim, como a da incubadora de empresas. Relativamente ao Dia Internacional das Mulheres, e à intervenção do deputado municipal Bruno Graça, lembrou que em princípios de 1973, participou numa reunião promovida pela Associação de Estudantes Comunistas, em Coimbra, e que muito do que o deputado municipal agora falou, constou da reunião nesse tempo. Disse dar ideia que a CDU, e o Partido Comunista, ainda não se aperceberam que o Muro de Berlim já foi demolido. Sublinhou que, nesse aspeto, a função pública e as autarquias são inatacáveis. Sublinhou que, todas as pessoas devem ser tratadas por igual e ter os mesmos direitos, sejam mulheres ou homens. Disse também, concordar com a moção do PSD sobre "Mais habitação". Sobre a moção "Rigor da obra pública" do PSD, disse concordar, embora quando se fala de uma derrapagem de 20%, gostaria de perguntar, se existe alguma obra pública, nos últimos 40 anos, que cumprisse com o orçamentado. Sobre a moção do Partido CHEGA, afirmou que o consumo de droga, em Portugal, é permitido, o Município não pode ir contra ao que diz a Lei, daí ter sugerido alguma cautela. Afirmou estar de acordo com as restantes moções. ----

--- Paulo Alexandre Martins Mendes, do Bloco de Esquerda, começou por apresentar a moção do Bloco de Esquerda, sobre "*Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores*" referindo aquilo que se está a fazer à escola pública, e aos professores, que é uma falta de respeito. Saliu a gravidade da situação, em que não se encontra um jovem que queira ser professor e, daqui a sete anos, em 2030, provavelmente irão faltar à volta de sessenta mil professores, não havendo frequência nas escolas para a formação na docência. A segunda moção, que apresentou, é relativa ao "*Dia Internacional da Mulher*", tema que já foi trazido à Assembleia Municipal do passado ano. Sobre a moção apresentada pelo Partido CHEGA, relativa à segurança, lembrou que, a moção rejeitada em sessão anterior, teve a abstenção do Bloco de Esquerda e não o voto contra, com foi afirmado. Afirmou que estão a ser confrontados com a mesma moção, que dizia no primeiro parágrafo "*O concelho de Tomar assiste a um aumento da criminalidade, que afeta a vida da maior parte da sua população*" e lembrou que, na altura, afirmou ser manifestamente excessivo, dizerem que a maior parte da população era afetada pela criminalidade. Entretanto o Partido CHEGA, fez um comunicado, no qual diz ter sido citado, porque tinha dito, que a moção era excessiva, coisa que nunca disse, tão somente que o primeiro parágrafo era excessivo. Sublinhou que, a prova disso, é que a moção hoje apresentada, o parágrafo foi alterado, passando a dizer que "*O concelho de Tomar assiste a um aumento de criminalidade que afeta a vida dos municípios*" concordando assim com o "*afeta a vida dos municípios*", que não é "*a maior parte da população que é afetada pela criminalidade*". Chamou a atenção para uma referencia, na referida moção, a agressões a militares da GNR, sublinhando que só são militares da GNR, quando estão fardados e ao serviço, porque se não souber quem é a pessoa, não se pode dizer que é uma agressão a um militar da GNR, mas uma agressão a um cidadão. Por último afirmou que, não lhe parece justo, haver outros casos de agressão, que não são referidos. Sobre o Voto de Pesar, apresentado pelo Partido CHEGA, relativo ao "*Falecimento de agente da PSP de Tomar*", quando é referido a "*complexidade do fenómeno*", questionou que fenómeno. -----

--- Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista começou por fazer uma abordagem sobre as moções apresentadas, referindo a moção do PS, sobre o "*Dia da Europeu da Vitima de Crime – violência doméstica*" e, em resposta ao deputado Municipal Américo Pereira, referiu saber que, não são só as mulheres que são vítimas de violência doméstica e, daí o cuidado, de não se colocar na moção qualquer referência ao género. Sobre as moções da segurança, referiu que faz sentido recuperar Conselho Municipal de Segurança, pelo que votarão a favor as moções do CDS e do PSD, e a abstenção referente à moção do Partido CHEGA, porque disse não considerar que o parágrafo que faz a descrição daquilo que se vive em Tomar, corresponde à verdade, e não tendo esse sentimento de insegurança, acha, no entanto, que se deve reunir, e verificar o que é possível fazer e saber a origem do problema. Sobre a moção do CDS, relativa à "FrEEE", disse pensar que foi interrompida devido à COVID 19, e que até esse momento sempre existiu, sendo favorável à sua retoma, embora os termos utilizados, possam ser excessivos, assim como a moção relativa à "*Incubadora de empresas*". Sobre a moção do PSD relativa ao "*Pelo rigor da obra pública*" referiu que 20% de derrapagem naquela obra, pode ser muito ou pouco, terão que se ver as razões, qual o impacto da inflação e das renegociações de contrato, que é de Lei, não sendo casos inéditos, têm de ser vistos caso a caso. Relativamente à moção do PSD "*Mais habitação no concelho de Tomar*", disse estar de acordo, e vai no sentido daquilo que são as orientações recentes do programa do Governo sobre *Mais Habitação*. Relativamente à moção "*Escola Pública*" do BE, disse serem defensores da escola pública, porque é a base para um amanhã melhor, e são justas muitas das causas, pelas quais os professores se debatem, porque não



é compreensível estarem vinte anos, até pertencerem a um quadro, e da mesma maneira que existe um movimento de mobilidade para os restantes funcionários públicos, também os professores devem ter a sua situação acautelada, e poder concorrer a uma mobilidade, quando pretenderem, até para terem uma estabilidade, pessoal e familiar. No entanto disse não concordarem com a visão de municipalização e regionalização, que é feita na moção, pelo que se irão abster. Sublinhou a intervenção do deputado municipal João Tenreiro, relativamente edifício dos SMAS, e pelo que leu, não se está a falar do Supremo, mas do de Relação, ou seja, a Câmara perdeu no de Relação, e decidiu não recorrer ao Supremo. -----

--- Manuel António Diogo Carlos, do Partido Social Democrata, afirmou que, o Conselho Municipal de Segurança deve funcionar, para que lá cheguem, não só estes episódios de violência, mas também da fragilidade social em toda a ordem, para que comissões, dentro desse Conselho Municipal de Segurança, possam funcionar, reportando em termos preventivos, porque é aí que se deve atuar. Referiu também que, na proposta do CDS, fala em videovigilância, parecendo que se estão a fazer algumas melhorias, no entanto disse que terá de haver algum cuidado, com a instalação das referidas câmaras, porque actualmente há muitos problemas devido ao cibercrime, porque as pessoas pensam que estão em casa a adotar segurança, mas estão-se a expor a si, aos filhos e às instituições, pelo que é preciso melhorar, e ter muito cuidado com esta situação e, com o que se propõe fazer. Relativamente às mulheres, disse concordar plenamente com a proposta do BE, porque esta marca das mulheres, e da luta pela sua afirmação, tem de ser eternamente vincada. Relativamente à CDU e à proposta, como a apresenta, disse não estar de acordo e, afirmando todo o respeito que tem pelo deputado municipal Bruno Graça, entende que é ofensivo para as mulheres, com o seu estatuto atual e a sua afirmação, hoje na sociedade, trazer isto desta forma. Perguntou como é a vida das mulheres na Rússia, afirmando que, recentemente, há mulheres a sair da Rússia, para o Brasil e Argentina, para lá irem ter os filhos, porque recusam tê-los no país de origem, perguntando se é este Partido Comunista de que precisamos, relativamente à forma, porque a história perceberá e ditará, porque temos neste momento guerra na Europa. Sobre a violência doméstica, disse ser preciso ir à origem das coisas, porque hoje o que se passa nos tribunais, estando alertados para essa situação e, que não conseguem lá chegar, por uma situação que se chama de principio de prudência, porque um juiz, hoje, tem de ter toda a prudência quando se fala em menores, porque a sociedade e a podridão, que chegam aos tribunais, tem muito com a educação de um povo, com o excesso de telemóveis, excesso de computadores, e não haver a mesma educação, em termos da família, que é a primeira instituição que está perfeitamente degradada. Referiu que, os tribunais, deparam-se todos os dias com este episódio, que já nem é entre casados, porque cada vez há menos casais, mas entre pessoas que se juntam, uniões de facto, filhos, que depois ficam para ser reguladas as responsabilidades e, o que acontece, é que na véspera da conferência, imediatamente aparece uma queixa crime, porque o pai ou mãe, violou sexualmente os filhos, e o juiz já não vai atribuir a guarda partilhada. Suspende-se tudo e segue-se para o Instituto de Medicina Legal, durante meses, e isto é uma violência doméstica psicológica, tanto para pais, tanto para mães, mas fundamentalmente para as crianças. Referiu que, há que lutar contra a violência doméstica, nomeadamente com as mortes que têm ocorrido, no entanto sublinhou que, se está a exagerar com o conceito de violência doméstica. -----

--- Miguel José Costa Coelho Rodrigues, do Partido Social Democrata, relativamente à moção *“Rigor da obra pública”* referiu que, é sobre a Rua Coronel Garcês Teixeira, mas poderia ser sobre muitas outras obras, que a Câmara tem levado a cabo. Os 20% citados, são mais que suficientes para muitos despedimentos, porque isto acontece em Portugal, porque não há consequências. Exemplificou com uma família que vai a um gabinete de arquitecto, que tenha pedido trezentos mil euros ao banco para fazer a casa e, no fim da obra, houve um erro de cálculo, e a obra vai derrapar para trezentos e sessenta mil euros, é o suficiente para deitar abaixo uma taxa de esforço, a obra não vai acabar e fica uma casa sem janelas e portas. Referiu que, isto só acontece, porque são obras públicas, e ninguém é responsável. Afirmou que, nas obras da Av. D. Nuno Álvares Pereira, já deveriam ter sido previstos os negativos para as decorações da Festa dos Tabuleiros, porque este ano teve que se andar com quatro funcionários da Câmara, a fazer uns traços, para a colocação dos negativos, perdendo-se tempo e dinheiro, e que se tivesse sido previsto no caderno de encargos, tinha-se feito de origem, e poupado verbas. Referiu que, na Várzea Grande, não se previu uma calha técnica para passarem os cabos para a régie, sendo estes detalhes que têm falhado nas obras públicas, e uma falta de brio e vontade de fazer. -----

--- Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (3ª intervenção) referiu que, o senhor deputado municipal Américo Pereira, não deve ter lido a moção, quando diz, passando a citar: *“É importante destacar que a videoconferência não deve substituir as reuniões presenciais, sendo que*



estas devem ser a prioridade”, sublinhando que tanto quis falar, sobre o tema, que não o percebeu, e só não percebe quem não quer. Sobre a questão dos 20% para os 300%, afirmou que faz lembrar a expressão, de que sempre foi assim. Disse não aceitar, quando na moção do PSD, se refere a casos que lhe parecem gritantes, como os dos lancis na estrada da Serra, colocados e depois retirados, as obras junto ao Tribunal, as árvores colocadas, que depois secam, os estacionamento que eram curtos e depois foram alargados, ou seja, em Tomar é recorrente a falta de planeamento e, obviamente tem custos para o erário público. Sobre a questão da FrEEE, e relativamente à intervenção da deputada municipal Susana Faria, afirmou que, não quer mandar em ninguém, e disse saber que as moções apresentadas na Assembleia, são meras opiniões e, se houver algum termo que queira alterar, não haverá problema em o fazer. Sobre a videovigilância afirmou que já existe, porque em novembro de 2021, já se falava em catorze municípios, duzentas e cinquenta câmaras, mil e setenta e seis em análise e, disse nunca ter visto nenhum problema com a videovigilância, nem leu nenhuma notícia sobre isso e, afirmou que a tecnologia veio para ficar, não havendo excesso de telemóveis e computadores, mas sim de famílias com menos valores, menos ética e menos educação e, das duas uma, ou nos habituamos à tecnologia e aproveitamos e potenciamos, ou então vamo-nos dar muito mal. Sublinhou que, aquilo que foi proposto pelo CDS, é que a Câmara, elabore um relatório, onde conste informação sobre os sistemas de videovigilância, onde existem no concelho de Tomar, identificar a quem cabe as responsabilidades da sua gestão operacional, e a informação sobre planos de implementação de novos sistemas no concelho, que se analise a situação e, se faz ou não sentido. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal referiu que, sobre a digitalização das reuniões, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, sempre houve a tentativa, para que os deputados municipais, procurassem quer nas comissões, quer na Comissão Permanente, de participar, havendo autorização para acontecer, até porque a sessão está a ser gravada e publicada, sendo importante colocar esta posição da Mesa e, não qualquer outra decisão, que pode vir a ser colocada, e salvaguardada num futuro Regimento. -----

--- Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária (2ª intervenção) sobre a questão de que o Partido Comunista mantém as mesmas ideias, pelo menos desde 1973, afirmou não ser de admirar, porque andou dezenas de anos a lutar contra o fascismo, contra o Estado Novo, e nunca abdicou de lutar contra o Estado Novo, e continua hoje a lutar contra o fascismo e, foi por lutar dezenas de anos por manuais escolares gratuitos, que eles vieram a ser aprovados. Em relação às intervenções dos deputados municipais João Tenreiro e Francisco Tavares, disse não aceitar a ideia, que lhe imputam, de menoridade intelectual, porque as propostas apresentadas são por si elaboradas, e não precisa que ninguém lhe as faça. Sublinhando que, tudo o que apresenta é a sua visão, e posição, depois de reuniões onde são debatidas e, não têm medo de o dizer abertamente, sem nenhum problema, e onde for preciso. Sobre o reinscrever a história, disse que o tempo o dirá, porque o que dizem, é que esta guerra dura há nove anos, porque o que houve, foi a invasão da Ucrânia pela Federação Russa, e é essa que dura há nove anos, que tem de ser suspensa, com negociações, porque o que está em jogo é uma questão geoestratégica. Disse também que, não se admira que as mulheres russas vão ter filhos ao Estados Unidos, ao Brasil ou a outro sítio qualquer, porque no fundo, ambos os sistemas são iguais, porque quer a Federação Russa ou os Estados Unidos, não têm diferença, a não ser, mais ou menos oligarcas, porque no fundo, é a exploração e a opressão, que está instalada e, afirma-o de maneira clara e sem receio. -----

--- Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista (2ª intervenção) relativamente à intervenção do deputado municipal Francisco Tavares afirmou que, não disse que só tinham meras opiniões, mas que alguns termos eram excessivos, na linguagem, mas que o PS votaria favoravelmente. -----

--- Senhora Presidente da Câmara Municipal relativamente à intervenção do deputado municipal Francisco Tavares, sobre o prazo médio de licenciamento, informou que, não tinha, de momento, esses documentos consigo, não os podendo de momento facultar. Sobre a intervenção do deputado municipal João Tenreiro, informou que tem o requerimento do grupo municipal do PSD, para responder, sendo que a matéria a responder é vasta, porque os documentos em relação aos SMAS, vão ser todos enviados, e naquele conjunto de documentos, está um despacho da Presidente da Câmara, em tempo, a mandar exercer o direito de preferência, e tanto assim é, que no dia da escritura, estiveram presentes para a escritura. Afirmou também que, podiam ter tido um recurso, mas não o vão fazer. Referiu também que, deverá haver alguma coerência nas posições, recordando que, quando o deputado municipal João Tenreiro, era Vereador e, quando numa ação do STAL, contra a Câmara Municipal, a Câmara não apresentou recurso, e pagou-se a indemnização durante anos. Sobre o Conselho Municipal de Segurança afirmou que, o deputado municipal Manuel Carlos, tem razão naquilo que diz, ou seja, o que tem de existir é uma reinstalação do Conselho Municipal de Segurança, porque ele foi instalado,





realizaram-se as reuniões mencionadas, recordando que numa das reuniões, foram criados grupos de trabalho, porque uma coisa é a segurança no meio escolar, outra será no espaço público. Entretanto houve alteração legislativa, e a composição do Conselho Municipal de Segurança, teve algumas alterações e, fazendo o ponto de situação neste momento, vão ter de ser contactadas todas as instituições que integram o referido Conselho, para indicarem qual é o seu representante, existe um Regulamento aprovado, que vai ser alterado, porque não está de acordo com aquilo que são os registos legais actuais, a ser votado na primeira reunião, e assim que tivermos a indicação de todos os representantes, de todas instituições que o compõem, será marcada a reunião. Afirmou que, ligando a questão do Conselho Municipal de Segurança e os processos de videovigilância, em espaço público informou que, estes são desencadeados em conjunto com a autarquia, mas quem tem de fazer a tramitação é o Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública, um processo que já foi iniciado, já tramitou pela Câmara Municipal, estando atualmente tramitando no Comando Distrital e, será a PSP que vai dizer quais são os locais de instalação das câmaras de videovigilância e que irão operar essas câmaras. Para que fique tudo claro, e naquilo que é possível dizer publicamente, existem algumas câmaras instaladas em espaço público, que não podem ser utilizadas, com a excepção da Festa dos Tabuleiros e, durante a Festa, são utilizadas pela PSP, por ser um evento com grande concentração de pessoas. -----

--- João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata (3ª intervenção) afirmou que, a senhora Presidente da Câmara Municipal não deve comparar a ação dos SMAS, com a da STAL, porque são coisas completamente diferentes, e trazer à coação um assunto que nada tem com o outro, para tentar baralhar, porque com a STAL, teve a ver com os trabalhadores, e com uma acção que a Câmara herdou do passado e, na altura, quiseram pagar e, enquanto Vereador, perguntei porque não tinham recorrido, sublinhando que não queira a senhora Presidente da Câmara, fazer crer que, enquanto deputado municipal, tem agora uma posição e, antigamente, como Vereador, outra, porque são coisas diferentes, sublinhando que não queiram mandar areia para os olhos. Sobre os SMAS afirmou que, se há um despacho da senhora Presidente, que manda cumprir com a preferência, porque os proprietários comunicaram à Câmara, enquanto arrendatária, o negócio que pretendiam e, havendo um despacho da senhora Presidente da Câmara Municipal, e nada foi feito, então algo de grave se passou dentro Câmara, daí ter perguntado se havia consequências, porque se vai perder aquele edifício, por causa de alguém, que não a senhora Presidente, pelo que terá de pedir responsabilidades a quem quer que seja. De seguida referiu que, se estava no Supremo, só é recorrível até ao Constitucional, se for alegada alguma inconstitucionalidade, sublinhando que, foram incompetentes na gestão do edifício dos SMAS, e tem de haver consequências. Referiu que, vão exigir, ao abrigo do estatuto da oposição, essa documentação, querendo saber quanto a Câmara gastou em honorários com aquela sociedade de advogados. Sobre a abertura do concurso para o Chefe de Cultura e Turismo, há um requerimento do grupo municipal do PSD, e a senhora Presidente da Câmara, não responde, ou responde ao lado, para documentos do Orçamento. No referido concurso pede-se uma licenciatura em geografia humana e, nesse requerimento, pede-se quais são as universidades que há no país, que ministram este curso, e qual é a nota curricular, do atual chefe de divisão, que está em regime de substituição. -----

--- Senhora Presidente da Câmara Municipal (2ª intervenção) em resposta ao deputado municipal João Tenreiro afirmou que, será ele quem quer atirar areia para os olhos, quando está a falar de uma coisa que não conhece, porque quando tiver o processo todo na sua posse, poderá tirar as suas ilações, e depois poderá falar, porque é um processo volumoso, que está a ser reunido, para ser enviado. Sobre o requerimento, afirmou que foi respondido, salientando que poderá é não gostar da resposta. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção, do senhor deputado municipal Francisco Tavares, do CDS/PP, do qual foi também recebida o seguinte pedido de alteração: *“Percebendo que o tema da videoconferência das comissões não é consensual e acreditando que há pontos mais importantes para serem discutidos no PAOD, altero o conceito de moção para recomendação.* -----

*Falarei sobre o tema e deixo para uma possível nova proposta de alteração do regulamento.”* -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sequência deste pedido informou que a referida moção, passou a recomendação, não sendo objeto de votação desta reunião, e cujo texto é do seguinte teor: *“Deputado Municipal CDS-PP - Recomendação Videoconferência* -----

*A videoconferência é uma ferramenta crucial para a comunicação e colaboração à distância, especialmente em tempos de crise ou quando a presença física não é possível. Permite que as pessoas comuniquem em tempo real, compartilhem informações, discutam projetos e tomem decisões sem precisar estar fisicamente presentes.* -----



Além disso, traz vantagens como economia de tempo e dinheiro, eliminando a necessidade de deslocamentos e aumentando a eficiência das reuniões, permitindo que os participantes acompanhem apresentações e visualizem documentos simultaneamente, além de permitir a gravação das mesmas. A pandemia do COVID-19 mostrou a importância da videoconferência e permitiu o desenvolvimento de ferramentas práticas e acessíveis para uma grande parte da população. -----

Hoje, mais do que nunca, as videoconferências são usadas para reuniões, entrevistas, negociações e participações em conferências. Em suma, ela é uma ferramenta essencial de comunicação, permitindo que pessoas e organizações trabalhem juntas de maneira eficiente e econômica, independentemente da localização geográfica ou disponibilidade. -----

No entanto, é importante destacar que a videoconferência não deve substituir as reuniões presenciais, sendo que estas devem ter prioridade. -----

Dessa forma, a assembleia municipal de Tomar, reunida em 24 de fevereiro de 2023, delibera que, sempre que solicitado por um deputado municipal, com antecedência mínima a ser definida pela mesa, será possível participar nas reuniões de comissões de forma remota. -----

19 Fevereiro 2023 -----

Francisco Tavares, Deputado Municipal do CDS-PP” -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do CDS/Partido Popular, do seguinte teor: -----

“Deputado Municipal CDS-PP - MOÇÃO SEGURANÇA -----

A segurança é um direito fundamental e a falta dela, ou mesmo apenas o sentimento de insegurança, pode prejudicar seriamente a qualidade de vida das pessoas, além de afetar a economia, a estabilidade social e a imagem do concelho. -----

O município de Tomar deve, a todo o custo: -----

1. Promover a sensação de segurança: A sensação de segurança é essencial para o bem-estar dos tomarenses e para a atração de investimentos e turismo. A presença de medidas de segurança, como policiamento nas ruas, câmaras de vigilância, iluminação adequada, entre outras, pode ajudar a promover o sentimento de segurança na população. -----

2. Melhorar a qualidade de vida dos tomarenses: A segurança é um factor determinante para a qualidade de vida dos cidadãos. Um concelho de Tomar mais seguro oferece mais oportunidades para que as pessoas possam trabalhar, estudar e aproveitar o tempo livre sem medo ou riscos. -----

3. Fortalecer a economia: A segurança é um factor importante para a economia, pois atrai investimentos, turismo e negócios. Tomar ser visto como um concelho seguro e confiável é mais atraente para empresas e investidores, o que pode levar à geração de empregos e ao desenvolvimento económico. -----

4. Promover a estabilidade social: A segurança é um fator determinante para a estabilidade social, pois ajuda a prevenir conflitos e a promover a harmonia entre os diferentes grupos da sociedade. Investir em medidas de segurança pode ajudar a reduzir a criminalidade e a violência, melhorando assim a coesão social. -----

Em suma, investir na segurança dos tomarenses tem de ser uma prioridade do município de Tomar e esta assembleia tem o dever de o garantir, garantindo que é promovido o sentimento de segurança, melhorando a qualidade de vida dos tomarenses, fortalecendo a economia e promovendo a estabilidade social. -----

O Conselho Municipal de Segurança, é o órgão local que, por definição, reúne os principais players sobre esta temática, como representantes das forças de segurança, empresários, líderes associativos e membros da sociedade civil, com o objetivo de discutir estratégias de segurança e propor ações efetivas para melhorar a segurança do nosso concelho. -----

Através do Conselho, poderíamos reunir informações relevantes sobre os problemas de segurança na nossa cidade e, a partir daí, desenvolver políticas públicas que respondam às necessidades da população. Um Conselho Municipal de Segurança atuante pode ajudar a prevenir a violência e a criminalidade, melhorando a colaboração entre as autoridades locais e a comunidade. Pode ser responsável por fornecer informações e análises que podem ser usadas para orientar as políticas de segurança e para aumentar a conscientização da população sobre questões de segurança. -----

Pode ainda analisar, debater e propor medidas que visem temas como o bullying, a violência o namoro, a violência doméstica, a venda e consumo de drogas etc. -----

Por todas essas razões, a reativação do Conselho Municipal de Segurança é uma medida importante e necessária para proteger os tomarenses, sendo que nunca deveria ter deixado de se reunir regularmente, como aliás estava previsto no regulamento atual. -----

Uma das medidas que este órgão devia debater e analisar seria a utilização da videovigilância, como



ferramenta útil para ajudar no combate à criminalidade a nível municipal. -----

A utilização deste tipo de ferramentas tem várias vantagens: -----

1. *Prevenção de crimes:* A videovigilância pode ser usada como uma medida preventiva para dissuadir potenciais criminosos, principalmente em áreas com maior incidência de crimes. -----

2. *Captura de criminosos:* A videovigilância pode ajudar a capturar criminosos e fornecer evidências para processos judiciais. As imagens gravadas podem ser usadas para identificar suspeitos, testemunhas ou vítimas, além de serem utilizadas como prova em um tribunal. -----

3. *Monitoramento de áreas públicas:* A videovigilância pode ser usada para monitorar áreas públicas, como parques, praças e ruas, ajudando a garantir a segurança e a prevenir atividades criminosas. ----

4. *Redução de custos:* A videovigilância pode ser uma solução económica para aumentar a segurança em áreas de alto risco. -----

5. *Aumento da eficiência:* A videovigilância pode aumentar a eficiência das forças de segurança, permitindo uma resposta mais rápida a emergências ou atividades criminosas em andamento. -----

É importante notar que a videovigilância deve ser usada de maneira responsável e ética. A privacidade individual deve ser respeitada e é essencial que as imagens sejam armazenadas de forma segura para evitar o acesso não autorizado a informações sensíveis. Além disso, deve haver transparência sobre a localização das câmaras e sobre como as imagens serão utilizadas e por quem. -----

O concelho de Tomar é um concelho seguro para se viver e trabalhar, no entanto, é um dado que jamais poderá ser dado como garantido e tem, de tempos a tempos, momentos que são registados com preocupação pela população. -----

É fundamental haver um acompanhamento desta temática, reunindo os principais responsáveis por este tema e definição de estratégias municipais com vista a aumentar o sentimento de segurança da população. Estas foram algumas das razões que levaram o Conselho Municipal de Juventude a reunir com as forças de segurança em 2015 e foi unânime (PSP e GNR) a importância da criação deste órgão. Foi também por isso que o órgão acabou por tomar posse em assembleia municipal neste ano e inclusivamente acabou por reunir algumas vezes. No entanto, não há registo de que este órgão tenha reunido recentemente nem mesmo é público qualquer documento, acta ou relatório produzido por este órgão. -----

Não basta que os órgãos tomem posse e depois sejam abandonados como se a sua criação resolvesse algum problema do concelho. -----

A Assembleia Municipal de Tomar, reunida a 24 de Fevereiro de 2023, delibera que o executivo municipal: -----

- Analise e proponha uma atualização do regulamento do conselho municipal de segurança, se considerar imprescindível para o seu correto funcionamento; -----

Reative o conselho municipal de segurança com carácter urgente; -----

- Solicite um levantamento dos recursos e meios que as forças de segurança têm ao seu dispor no concelho de Tomar; -----

- Efetue um levantamento da informação estatística, na posse da Câmara Municipal, sobre a criminalidade e sentimento de segurança no concelho; -----

- Elabore um relatório onde conste informação sobre os sistemas de videovigilância que existem no concelho de Tomar e a identificação a quem cabe responsabilidade da sua gestão operacional; e ainda informação sobre planos de implementação de novos sistemas no concelho. -----

19 fevereiro 2023 -----

Francisco Tavares, Deputado Municipal do CDS-PP" -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e um senhores deputados municipais. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do CDS/Partido Popular, do seguinte teor: -----

"Deputado Municipal CDS-PP – Moção - FrEEE -----

A ideia de criação de uma Feira de Emprego surgiu no Conselho Municipal de Juventude de Tomar e efetivamente foi operacionalizada pelo executivo tomarense na FrEEE – Feira de Educação, Emprego e Empreendedorismo, tendo tido inclusivamente várias edições. No entanto, a mesma deixou de existir. Existem diversas razões para a criação de uma feira de emprego e empreendedorismo em Tomar, tais como: -----

1. *Promover o desenvolvimento económico:* A feira de emprego e empreendedorismo pode ajudar a promover o desenvolvimento económico do concelho de Tomar, atraindo novas empresas e investimentos para a região. -----



2. Facilitar o contacto entre empresas e candidatos: A feira pode ser uma oportunidade para as empresas locais conhecerem candidatos interessados em trabalhar nas suas empresas, bem como para os candidatos conhecerem as empresas locais que estão a contratar. -----

3. Fomentar o empreendedorismo: A feira pode incentivar o empreendedorismo local, promovendo a criação de novos negócios e ajudando os empreendedores a estabelecerem contactos importantes com outros empresários e investidores. -----

4. Aumentar a visibilidade da cidade: A feira pode ajudar a aumentar a visibilidade de Tomar, atraindo visitantes de outras cidades. -----

5. Formar e educar: A feira pode ser usada para organizar formações e workshops nos mais diferentes temas fundamentais para o sucesso jovens e/ou desempregados. -----

E ainda, se bem organizadas, estes tipos de feiras poderão potenciar: -----

- A promoção de ideias de negócios: As feiras de empreendedorismo são uma oportunidade para os empresários apresentarem as suas ideias e produtos a um público mais amplo. Isso pode ajudar a promover suas ideias e a atrair investidores, parceiros de negócios e potenciais clientes. -----

- Conexões e networking: As feiras de empreendedorismo oferecem um ambiente propício para estabelecer novos contactos e networking com outras pessoas do mundo empresarial. É uma oportunidade de conhecer pessoas que podem ser úteis na criação e crescimento do negócio. -----

- Motivação e inspiração: A participação numa feira de empreendedorismo pode ser uma fonte de motivação e inspiração para os empresários, particularmente os que estão a começar. Ver outras pessoas com sucesso e ouvir suas histórias pode ajudar a manter o entusiasmo e a perseverança no empreendedorismo. -----

Assim, a assembleia municipal de Tomar, reunida no dia 24 de fevereiro de 2023, delibera que o executivo municipal: -----

- Apresente um relatório sobre as edições da FrEEE ocorridas, os recursos alocados, custos, programas e demais dados importantes para uma análise da importância deste evento; -----

Volte a organizar a FrEEE, com uma recorrência anual que permita a Tomar promover o desenvolvimento económico e social do concelho, ao permitir a interação entre empresas e candidatos, promover a inovação e a criatividade, e favorecer a integração social e profissional dos tomarenses. --  
19 Fevereiro 2023 -----

Francisco Tavares, Deputado Municipal do CDS-PP" -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e um senhores deputados municipais. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do CDS/Partido Popular, do seguinte teor: -----

Deputado Municipal CDS-PP – Moção - Incubadora e Aceleradora de Empresas -----

Considerando a importância do empreendedorismo e da criação de novas empresas para o desenvolvimento económico e social do concelho, a criação de uma incubadora e aceleradora de empresas em Tomar torna-se fundamental. -----

Uma incubadora e aceleradora de empresas é um espaço que oferece infraestrutura, serviços e suporte especializado para empreendedores e startups em estágio inicial. Além de oferecer um espaço de trabalho colaborativo, as incubadoras também oferecem serviços como mentoria, formação empresarial, acesso a financiamento, serviços administrativos, eventos de networking e apoio na procura por investidores. -----

As vantagens da criação de uma incubadora e aceleradora de empresas em Tomar são inúmeras. Primeiramente, ela pode ser um incentivo para que mais pessoas empreendam no concelho, estimulando a criação de novos negócios e gerando mais empregos locais. -----

Além disso, a incubadora pode ser uma forma de reter talentos e evitar a fuga de mão-de-obra qualificada, oferecendo um ambiente de trabalho atraente e estimulante para jovens empreendedores. -----

Outra vantagem é que a incubadora pode atrair investimentos e parcerias para o concelho, ao conectar empreendedores com investidores e empresas interessadas neste tipo de ambientes. -----

Além disso, a incubadora pode ser uma forma de promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico no concelho, ajudando a criar um ambiente propício para a criação de novos produtos e serviços. -----

Por fim, a criação de uma incubadora e aceleradora de empresas pode contribuir para o desenvolvimento económico do concelho, gerando novas oportunidades de negócios, estimulando a economia local e atraindo investimentos para a região. -----

Uma incubadora e aceleradora de empresas vai muito para além do espaço físico e essa distinção poderá fazer toda a diferença no seu sucesso e consequente dinamização da economia local. -----



Há muitos anos que este tema é discutido, sendo que já existem várias incubadoras de empresas no distrito de santarém e Tomar deverá posicionar-se na vanguarda da inovação no que toca a estes temas. Tem todos os meios e recursos para que devidamente criada e potenciada, poder beber da geração de emprego e riqueza para o concelho deste tipo de mecanismos. -----

A assembleia municipal de Tomar, reunida a 24 de fevereiro de 2023, delibera que o executivo municipal tome todas as diligências no sentido de criação de uma incubadora e aceleradora de empresas em Tomar, com o objetivo de estimular o empreendedorismo, fomentar o desenvolvimento económico e social do concelho e criar um ambiente favorável à inovação e ao desenvolvimento tecnológico. -----

19 Fevereiro 2023 -----

Francisco Tavares, Deputado Municipal do CDS-PP” -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e um senhores deputados municipais. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Bloco de Esquerda, do seguinte teor: -----

**MOÇÃO - Dia Internacional das Mulheres** -----

Instituído pela ONU em 1975, o Dia Internacional das Mulheres que se comemorará no dia 8 de março, tornou-se um pouco por todo o mundo, como um marco na história da emancipação das mulheres na sua luta pela igualdade de oportunidades no trabalho e na sociedade. -----

O que começou em 1909 por reivindicações por direitos de cidadania e ao voto das mulheres, firmou-se ao longo do tempo como o início de muitas lutas que determinaram conquistas marcantes no campo da igualdade de tratamento e de oportunidades para as mulheres. -----

Apesar dos avanços das últimas décadas, persistem desigualdades estruturais em várias esferas da vida que espelham uma teia de relações de dominação cujo fio condutor é o sistema patriarcal dominante. A opressão secular do sistema patriarcal teima em querer subalternizar as mulheres apenas por serem mulheres. -----

Permanecem os estereótipos de género que condicionam escolhas educativas e profissionais, a segregação nos cargos de chefia e liderança e a desigualdade salarial que se agrava na reforma. Em 2022 a diferença salarial de género em Portugal registou-se nos 13,3%, o que corresponde nesse período a 48 dias de trabalho gratuito. -----

Na sociedade perdura ainda em muitas famílias a desigual na repartição no exercício das responsabilidades domésticas e com os filhos, assim como a feminização da precariedade, da pobreza e da exclusão social. -----

Mantém-se a naturalização do assédio e da violência doméstica, essa um verdadeiro flagelo no nosso país onde em 2022, vinte e oito mulheres foram assassinadas pelos companheiros ou ex-companheiros e em 2023 não mostra sinais de abrandamento, já este mês uma mãe de 30 anos foi morta pelo cônjuge, à frente dos seus dois filhos. -----

São também as mulheres as principais vítimas de tráfico, exploração sexual e violação e a justiça insiste em desvalorizar a violência, desculpabilizar agressores e muitas vezes mesmo, a responsabilizar as vítimas. Sabemos que estas violências são mais profundas quando se cruzam múltiplas discriminações e por isso esta deve ser uma luta interseccional e internacional. -----

A nível internacional, nos parlamentos e fora deles, assiste-se ao recrudescimento do conservadorismo e reacionarismo, dos comportamentos racistas, machistas e misóginos que ameaçam o retrocesso dos direitos femininos, da igualdade e da solidariedade. -----

A Assembleia Municipal de Tomar, reunida a 24 de fevereiro de 2023, não pode alhear-se do significado profundo do 8 de Março e da sua pertinência nos dias de hoje e por isso saúda as mulheres que no nosso país resistem e em todo o mundo lutam por um mundo de igualdade, liberdade, justiça, solidariedade e paz. -----

O deputado eleito pelo Bloco de Esquerda, Paulo Mendes, 2023”. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada com trinta votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, CDS/Partido Popular e do senhor deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e uma abstenção do Partido CHEGA. -----

--- O senhor deputado municipal Joaquim Jacinto Basso Ribeiro, do Partido CHEGA, apresentou uma declaração de voto, do seguinte teor: “Declaração de Voto – Moção CDU – Dia Internacional da Mulher



– Para o Partido CHEGA estas moções são por si uma discriminação, que podem até considerar discriminação positiva, mas discriminação! -----

A homofobia é condenada por lei e o código penal já prevê toda e qualquer condenação jurídica a qualquer tipo de discriminação, a própria constituição considera que nenhum indivíduo possa ser discriminado. -----

Assim consideramos que estas moções não resolvem qualquer tipo de discriminação, como nenhuma discriminação será resolvida por decreto, saudações ou intenções sem atos. -----

O CHEGA defende que a sociedade evolui e o respeito pelo pensamento diferente não pode ser motivo de repúdio e se o livre pensamento impera, não temos de pensar da mesma forma e a diferença de pensamento não pode ter como consequência sermos apelidados de fascistas! -----

Não podemos esquecer, no entanto que alguns dos partidos que promovem este tipo de votos amiúde são os mesmos que validam regimes como a Palestina, Coreia Norte e China. -----

Por este motivo o deputado eleito pelo Partido CHEGA tomou a decisão de votar abstenção por sermos contra qualquer tipo de discriminação, positiva ou negativa e solicitamos que esta declaração de voto conste em ata. -----

O deputado eleito pelo Partido CHEGA, Joaquim Jacinto Baso Ribeiro”. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Bloco de Esquerda, do seguinte teor: -----

**Moção - Promover a Escola Pública e o Respeito pelos Direitos dos Professores** -----

A Escola Pública é um dos pilares da democracia. É ela que concretiza o direito constitucional à Educação e fortalece a cidadania. A ampliação da Escola Pública a todo o território e o alargamento da escolaridade obrigatória foram tarefas cumpridas por gerações de profissionais da educação que, às portas dos 50 anos do 25 de Abril, veem degradar-se as suas condições de trabalho. -----

Os sinais dessa degradação são conhecidos. Todos os anos há milhares de alunos sem professor a pelo menos uma disciplina. A desvalorização da carreira docente, a persistência da precariedade e de regras de concursos que provocam instabilidade e permitem injustiças têm feito milhares de docentes abandonar a profissão e poucos são os jovens que se sentem atraídos pela docência. -----

Ao longo dos anos, o Governo tem-se recusado a tomar medidas justas de valorização da carreira docente, como a recuperação de todo o tempo de serviço dos professores e a necessária negociação com os representantes dos docentes para a criação de um novo regime de recrutamento e mobilidade. -----

O Governo foi impondo regras avulsas que criaram ainda mais entropia num sistema que já é uma manta de retalhos. -----

De forma também avulsa e sem ouvir as comunidades educativas, o Governo tem empurrado para as autarquias competências em matéria de Educação. Recentemente a Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2022, 14 de dezembro de 2022 apareceu como mais uma peça desta reforma da Educação feita de costas para os trabalhadores e para a população. O Governo criou o espectro de uma maior centralização de decisões nos municípios, em comunidades intermunicipais e em supostos conselhos de diretores. A resposta dos docentes tem sido forte, em múltiplos protestos em defesa da sua profissão e da Escola Pública. -----

Os processos de municipalização e de regionalização da educação são propícios à atomização dos sistemas educativos, criando assimetrias territoriais. A crítica destes processos não é medo da mudança, é defesa do direito à Educação em todo o país. Um processo de descentralização feito no interesse da Escola Pública, não seria uma municipalização, começaria pelas Escolas, pelo reforço da Gestão Democrática das Escolas. São as Escolas quem pode assumir competências adequadas à escala de cada comunidade educativa, são elas quem se pode responsabilizar pelo seu projeto educativo e pela implementação local das políticas educativas. O reforço da Escola Pública exige a defesa da Gestão Democrática das Escolas, o combate à precariedade e a valorização da carreira docente. É urgente vincular os docentes precários, recuperar o tempo de serviço dos docentes, eliminar ultrapassagens, garantir horários adequados, criar um sistema de avaliação e progressão sem injustiças, instituir um mecanismo de aposentação que responda às especificidades da profissão e que garanta o rejuvenescimento do corpo docente. Respeitar os direitos dos professores é fortalecer a Escola Pública, é fortalecer a democracia. -----

**Assim, a Assembleia Municipal de Tomar, reunida em 24 de fevereiro de 2023, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:** -----

**1. Recomendar ao Governo que proceda à recuperação de todo o tempo de serviço dos docentes, garantindo a todos os docentes o seu posicionamento no escalão remuneratório correspondente ao tempo efetivamente prestado, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Estatuto da Carreira Docente.** -----



2. Recomendar ao Governo que reveja, mediante negociação sindical, o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho. -----

3. Recomendar ao Governo que crie, mediante negociação sindical, um regime específico de aposentação dos docentes de forma a garantir o término de atividade num tempo justo e a assegurar o rejuvenescimento do corpo docente. -----

O deputado eleito pelo Bloco de Esquerda, Paulo Mendes, 2023". -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada com sete votos a favor do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, Coligação Bloco de Esquerda, CDS/Partido Popular, Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e vinte e três abstenções do Partido Socialista e Partido Social Democrata. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Partido CHEGA, do seguinte teor: -----

**“MOÇÃO - Combate ao Crime e Promoção da Segurança** -----

O Concelho de Tomar assiste a um aumento da criminalidade, que afeta a vida dos munícipes. -----

Têm sido registados e noticiados na comunicação social tanto a nível nacional como local, assaltos a residências, estabelecimentos comerciais e até casos de agressões em estabelecimentos de diversão noturna, como por exemplo o caso que ocorreu de agressões a militares da GNR no final do mês de janeiro do ano corrente. -----

Existem motivos para estarmos todos preocupados com esta situação. -----

Temos de atuar! -----

É necessário promover de imediato medidas urgentes no sentido de inverter todos estes factos. -----

Assim sendo, a Assembleia Municipal de Tomar, reunida em 24 de janeiro de 2023, manifesta a sua preocupação pela segurança do concelho de Tomar e delibera: -----

1. Solicitar à Câmara Municipal que seja convocado de imediato o Conselho Municipal de Segurança e que inicie uma política de apoio às Instituições de Tomar, que têm um papel insubstituível na prevenção do crime. -----

2. Exigir ao Ministério da Administração Interna o reforço dos efetivos da PSP e da GNR, tendo em consideração a população existente; -----

3. Que seja elaborado um Plano Municipal de Segurança com projetos e ações, em articulação com o Governo Central e demais instituições ligadas à segurança pública. -----

4. Que seja analisada a possibilidade de instalar câmaras de vigilância monitorizadas na cidade de Tomar. -----

5. Que seja adotado um Plano Estratégico de Iluminação, visando dar maior segurança a pontos cruciais de circulação, principalmente nas áreas de jardins ermos e bairros da cidade; -----

6. Implantação de um Programa de Combate ao consumo de Droga, articulando e colaborando com os órgãos de segurança em todas as suas ações. -----

O deputado eleito pelo Partido CHEGA, Joaquim Jacinto Basso Ribeiro”. -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, com catorze votos a favor do Partido Social Democrata, Partido CHEGA, CDS/Partido Popular e do senhor deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e dezassete abstenções do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada um voto de pesar do grupo municipal do Partido CHEGA, do seguinte teor: -----

**“Voto de Pesar - Falecimento agente da PSP de Tomar** -----

O deputado pelo Partido CHEGA, propõe a esta Assembleia um voto de pesar pelo falecimento de mais um elemento da Polícia de Segurança Pública, desta feita da divisão de Tomar o agente Pedro Cartaxo de 51 anos, o qual colocou termo à própria vida nas instalações desta força de Segurança em Tomar. Este momento trágico merece um profundo respeito assim propomos que a Assembleia Municipal delibere: -----

1. Aprovar o presente Voto de Pesar; -----

2. Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências; -----

3. Instar junto do Ministério da Administração Interna, o pedido da Associação Sindical de Profissionais da Polícia, “a construção de um plano de intervenção multidisciplinar que responda de forma efetiva e congruente à complexidade do fenómeno”. -----

4. Observar um minuto de silêncio. -----



O deputado eleito pelo Partido CHEGA, Joaquim Jacinto Basso Ribeiro” -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e um senhores deputados municipais, tendo-se de seguida cumprido um minuto de silêncio em sua memória. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Partido Social Democrata, do seguinte teor: -----

**“Moção - Conselho Municipal de Segurança -----**

1. O Conselho Municipal de Segurança, adiante designado por conselho, é uma entidade de âmbito municipal com funções de natureza consultiva, de articulação, coordenação, informação e cooperação, conforme se encontra previsto na lei n.º 33/98, de 18 de julho, na versão dada pela Lei n.º 32/2019, de 04/03. -----

2. De acordo com a referida Lei, o conselho reúne sempre que convocado pelo presidente e, no mínimo, com periodicidade trimestral (art.º 7º) havendo um período aberto ao público para exposição, pelos municípios, de questões relacionadas com as matérias de segurança no município, sendo que, da reunião do conselho é elaborada ata, a qual é transmitida por via eletrónica aos membros do governo responsáveis pelas áreas da administração interna e da justiça. (n.º 2 e 3 do art.º 7º). -----

3. Encontrando-se já instalado o Conselho Municipal de Segurança, é de lamentar que até à presente data não tenhamos tido conhecimento da realização de qualquer reunião. -----

4. Por requerimento do Grupo Municipal do PSD, datado de 13 de janeiro de 2023, o PSD alertou que “compete ao Presidente da Assembleia Municipal, órgão fiscalizador, vigiar o cumprimento das mais elementares regras de funcionamento dos órgãos do Município” e foi requerido, que “com a maior brevidade possível”, fosse diligenciado “junto da Câmara que justifique, de forma fundamentada, o motivo do não cumprimento com a periodicidade legal das reuniões do Conselho Municipal de Segurança, informando também da data de realização da mais recente reunião do Conselho”. -----

5. Curiosamente, logo após a entrada desse requerimento, Tomar foi mais uma vez notícia a nível nacional por questões de insegurança, onde foram registados episódios de violentas agressões, seguida de uma postura inativa da Câmara Municipal de Tomar, face à problemática da falta de segurança no concelho de Tomar. -----

Assim sendo -----

A Assembleia Municipal de Tomar, reunida a 24 de fevereiro de 2023 lamenta a atitude passiva da Câmara Municipal de Tomar, face à problemática da falta de segurança no concelho de Tomar. -----

E repudia a atitude negligente da governação socialista, por não ter cumprido com a periodicidade legal as reuniões do Conselho Municipal de Segurança. -----

A Assembleia Municipal exige ainda à Câmara Municipal a convocação de uma reunião do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do art.º 7º da 33/98, de 18 de julho, na redação dada pela Lei n.º 32/2019, de 04/03. -----

Tomar, 24 de fevereiro de 2023. O Grupo Municipal do PSD” -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e um senhores deputados municipais. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Partido Social Democrata, do seguinte teor: -----

**“Moção - Mais Habitação no Concelho de Tomar - Reabilitação de imóveis degradados -----**

Os custos com a habitação têm-se mostrado como um problema transversal à maioria dos concelhos em Portugal, sendo Tomar um dos mais afetados. -----

A Câmara Municipal de Tomar encontra-se há um ano a difundir uma política de habitação que, apesar disso, ainda não tem expressão concreta significativa. -----

Aliás, segundo uma reportagem da estação de televisão SIC, em dezembro do ano passado, os “Preços de casas em Tomar aumentaram 30% nos últimos dois anos”, sendo que a explicação para esta escalada de preços tem a ver com a falta de oferta e o aumento da procura, sobretudo por parte de estrangeiros. -----

Outro problema está no mercado de arrendamento. Não há imóveis para arrendar, apesar de haver muita procura, por exemplo, por parte dos chamados “nómadas digitais”. -----

Ora, é necessário que a Câmara Municipal de Tomar tenha um plano para reduzir os custos com a compra de imóveis e arrendamento no concelho. É imprescindível também uma política orientada para a classe média e para o mercado de renda acessível, sendo necessário implementar medidas, tendentes a minimizar os efeitos deste problema. -----

Com efeito, existem no concelho de Tomar vários imóveis devolutos e degradados, sendo bastante





onerosa a sua recuperação e requalificação, os quais, a serem colocados no “mercado” influenciariam bastante os preços das casas em Tomar. -----

Compete, pois, à Câmara Municipal providenciar todos os meios, no sentido de recuperar tais imóveis, apoiando os proprietários para aligeirar a burocracia e licenciamento, e esclarecimentos quanto aos fundos disponíveis a essa mesma recuperação/reabilitação. -----

Assim sendo, a Assembleia Municipal de Tomar insta a Câmara Municipal de Tomar: -----

1. A criar uma estrutura orgânica, pioneira, de apoio às candidaturas para financiamento de obras de requalificação nos fogos em estado de degradação e/ou sem condições de habitabilidade; -----

2. Que, na sequência do ponto anterior, seja criado um Balcão/Serviço ao público nas instalações dos serviços Municipais, denominado “Mais Habitação”, que dê o apoio necessário aos proprietários para reconstrução desses imóveis. -----

Tomar, 24 de fevereiro de 2023. O Grupo Municipal do PSD” -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e um senhores deputados municipais. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Partido Social Democrata, do seguinte teor: -----

**“Moção - Pelo Rigor da Obra Pública -----**

Os recursos são escassos e cabe-nos deles fazer uma gestão responsável e cuidada, trata-se de dinheiro dos contribuintes. -----

A Câmara Municipal de Tomar não tem sido exemplo dessa boa gestão que lhe é exigível em variadíssimos exemplos, mas a obra de requalificação da Rua Coronel Garcês Teixeira tem-se revelado o paradigma do que não deve ser feito na gestão de obra pública. -----

Senão, veja-se: -----

A obra foi adjudicada por um valor de 1,67 M€ (+IVA) e, neste momento, em trabalhos a mais, já ultrapassa os 300 mil Euros (+IVA), ou seja, quase 20% de derrapagem orçamental. -----

Entre estes trabalhos a mais, contam-se, entre outros, erros e omissões dificilmente compreensíveis, como são disso exemplo: -----

1. Marcações para a ciclovia, que levou a uma inestética solução recurso, devido a esquecimento de projeto; -----

2. Semáforos pré-existent não contabilizados, devido a esquecimento de projeto; -----

3. Contentores de resíduos que, numa solução de improviso, levou a que fossem colocados a 2,5 metros de janelas de uma moradia acarretando problemas de salubridade, devido a esquecimento de projeto; -----

4. Substituição de tampas de caixas e calçada nas passeadeiras por betuminoso, devido a alteração de projeto; -----

5. Correção das entrada e saídas do logradouro da Rua Diogo de Arruda e do parque de estacionamento do Edifício Logde, devido a erros de projeto; -----

6. Correção da inclinação das rampas de acesso às garagens particulares e serventias, devido a erros de projeto. -----

Só nestas duas últimas correções, devido a erros de projeto (vide “Documento normativo para aplicação a arruamentos urbanos - FASCÍCULO IV, Medidas de acalmia e outros dispositivos de Tráfego” do Instituto de Mobilidade de Transportes, I.P.), foram praticamente mais 70 mil euros num erro que há muito se vislumbrava. -----

Isto só é possível porque se tratar de uma obra pública e por não se apurarem responsabilidades. Uma derrapagem desta envergadura, numa obra privada, resultaria numa eventual impossibilidade de acabar a obra. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Tomar, reunida em 24/02/2023 vem exigir à Câmara Municipal maior rigor na gestão da coisa pública, não aceitando ser admissível normalizar 20% de derrapagem orçamental devido a erros e omissões de projeto, já que falamos de dinheiro dos contribuintes. -----

Tomar, 24 de fevereiro de 2023. O Grupo Municipal do PSD” -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada com dezasseis votos a favor do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Partido CHEGA, Bloco de Esquerda e CDS/Partido Popular, catorze votos contra do Partido Socialista e uma abstenção do e do senhor deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste. -----



--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal da Coligação Democrática Unitária, do seguinte teor: -----

**“Moção - 8 de Março: Dia Internacional da Mulher – Um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida -----**

O Dia Internacional da Mulher, instituído em 1910 (por proposta de Clara Zetkin) é um símbolo da luta das mulheres, em diferentes países e no Mundo, contra a inferioridade que lhe foi imposta, na lei e na vida, e a exploração e opressão das trabalhadoras sujeitas a desumanas jornadas de trabalho, salários baixos e desproteção na gravidez e na maternidade. -----

Uma data que, em Portugal, está ligada à luta das mulheres, na sua oposição ao fascismo, à negação de direitos económicos, sociais, políticos e culturais. Uma data erguida na luta pela liberdade, democracia e pela paz. -----

Com a Revolução de Abril de 1974, e o que ela abriu de transformação das condições de vida com essa conquista que constituiu o poder local democrático, em si mesmo factor de progresso também sentido pelas mulheres no seu dia-a-dia, sucessivas gerações de mulheres tomaram nas suas mãos a luta pela consagração, na lei e na vida, dos seus direitos económicos, sociais, políticos e culturais e pela sua participação em igualdade em todos os domínios da sociedade. Uma data com memória, mas principalmente futuro na luta das mulheres pela igualdade no trabalho e na vida, cuja concretização é não só condição de progresso para as comunidades onde vivem, estudam e trabalham, como para a justiça e progresso do País. -----

A Assembleia Municipal de Tomar reunida a 24 de fevereiro de 2023, saúda as mulheres do Concelho, bem como as trabalhadoras da autarquia na passagem do Dia Internacional da Mulher apelando para que se associem a esta comemoração, dando força à sua determinação e vontade em viver e trabalhar em igualdade, no respeito pela sua dignidade e direitos plasmados na Constituição da República e num vasto conjunto de legislação que consagra a igualdade e a valorização do seu estatuto, enquanto trabalhadora, mãe e cidadã. -----

De igual modo se saúda as mulheres eleitas nos diversos órgãos autárquicos, as que intervêm nas diferentes expressões do movimento associativo e popular e em diversas organizações que intervêm na área da igualdade. -----

A Assembleia Municipal de Tomar assume o compromisso em defesa dos direitos das mulheres como preocupação constante na sua actividade e nesse sentido delibera: -----

a) Acompanhar a evolução da condição e estatuto das mulheres, enquanto trabalhadoras, cidadãs e mães no concelho e pugnar por medidas que na esfera do poder central visem o cumprimento dos seus direitos e a concretização da igualdade no trabalho e na vida; -----

b) Promover pelos meios que considere adequados a valorização e a participação das mulheres ao longo da história do Concelho dando particular atenção ao seu papel na resistência ao fascismo e ao longo dos 50 anos do 25 de Abril; -----

c) Propor à Câmara Municipal que venham a ser incluídas, no Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, medidas que visem a necessária articulação entre entidades e organizações nacionais e locais com vista a exigir do poder central as medidas conducentes à garantia e reforço do acesso das mulheres aos serviços públicos, designadamente na saúde, segurança social, à educação e a uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio à infância, aos idosos e às pessoas com deficiência; -----

d) Contribuir de forma ativa para dar eficácia aos instrumentos de intervenção e apoio às vítimas de violência doméstica que responsabilize o poder central na criação de uma Rede de Apoio, articulada entre os diversos serviços públicos, autarquias e organizações sociais que devem intervir com vista a reforçar a informação, encaminhamento, sinalização das vítimas de violência doméstica; -----

e) Saudar as comemorações do Dia Internacional da Mulher e as organizações que no plano unitário as impulsionam, designadamente o Movimento Democrático de Mulheres, com longa tradição na comemoração desta data, cujo lema deste ano é «Mil razões para lutar: os direitos das mulheres têm de contar» realizando pelo sétimo ano consecutivo a Manifestação Nacional de Mulheres, a 4 de março, no Porto e a 11 de março em Lisboa. -----

A ser aprovada, esta Moção deve ser remetida à Câmara, Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Tomar, ao movimento associativo do concelho de Tomar, às instituições que integram a Rede Social e as Comissões Sociais de Freguesia. -----

Tomar 24 de fevereiro de 2023 -----

O Grupo Municipal da CDU -----

• Bruno Graça -----

• Francisco Santos” -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada com quatro



votos a favor do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda e vinte e sete abstenções do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Partido CHEGA, CDS/Partido Popular e do senhor deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste. -----

--- O senhor deputado municipal Joaquim Jacinto Basso Ribeiro, do Partido CHEGA, apresentou uma declaração de voto do seguinte teor: *"Declaração de Voto – Moção CDU – Dia Internacional da Mulher – Para o Partido CHEGA estas moções são por si uma discriminação, que podem até considerar discriminação positiva, mas discriminação!"* -----

*A homofobia é condenada por lei e o código penal já prevê toda e qualquer condenação jurídica a qualquer tipo de discriminação, a própria constituição considera que nenhum indivíduo possa ser discriminado.* -----

*Assim consideramos que estas moções não resolvem qualquer tipo de discriminação, como nenhuma discriminação será resolvida por decreto, saudações ou intenções sem atos.* -----

*O CHEGA defende que a sociedade evolui e o respeito pelo pensamento diferente não pode ser motivo de repúdio e se o livre pensamento impera, não temos de pensar da mesma forma e a diferença de pensamento não pode ter como consequência sermos apelidados de fascistas!* -----

*Não podemos esquecer, no entanto que alguns dos partidos que promovem este tipo de votos amiúde são os mesmos que validam regimes como a Palestina, Coreia Norte e China.* -----

*Por este motivo o deputado eleito pelo Partido CHEGA tomou a decisão de votar abstenção por sermos contra qualquer tipo de discriminação, positiva ou negativa e solicitamos que esta declaração de voto conste em ata.* -----

*O deputado eleito pelo Partido CHEGA, Joaquim Jacinto Basso Ribeiro".* -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal da Coligação Democrática Unitária, do seguinte teor: -----

***"MOÇÃO - Condenação da escalada de confrontação e guerra! Exigência da paz!"*** -----

*É preocupante o agravamento da guerra na Ucrânia, uma guerra que dura há nove anos e que urge pôr fim.* -----

*Apresentada como sendo entre a Rússia e a Ucrânia, esta guerra é, de facto, expressão da estratégia belicista dos EUA e da NATO visando a Rússia, em que o povo ucraniano é utilizado e sacrificado em função dessa mesma estratégia.* -----

*A escalada de confrontação e de guerra, encerra sérias consequências e acrescidos perigos para os povos da Europa e do Mundo.* -----

*É cada vez mais evidente que são os povos que estão a pagar os custos da instigação da guerra, patentes no aumento dos preços da energia, dos alimentos e de outros bens de primeira necessidade, no ataque aos direitos e às condições de vida, no agravamento da pobreza e das desigualdades, na deterioração da situação económica e social.* -----

*É cada vez mais evidente que quem ganha com a guerra e quer o seu prolongamento são as grandes empresas de armamento, da energia, da alimentação, da distribuição ou a banca, que acumulam lucros colossais.* -----

*Portugal não deve contribuir para o agravamento do conflito, do militarismo, da guerra, mas para a solução pacífica dos conflitos internacionais, a dissolução dos blocos político-militares, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, como consagrado na Constituição da República Portuguesa.* -----

*Assim reunida a 24 de fevereiro de 2023, a Assembleia Municipal de Tomar: -----*

*a. Expressa a sua solidariedade para as vítimas de uma guerra que dura há nove anos e que urge pôr fim;* -----

*b. Apela a que se concentrem esforços para que cessem as confrontações e se abram as portas às tão necessárias e urgentes vias de negociação visando alcançar uma solução política para o conflito, a resposta aos problemas de segurança colectiva e do desarmamento na Europa, o cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Acta Final da Conferência de Helsínquia e insta o Governo português a tomar iniciativas neste sentido.* -----

*Tomar, 24 de fevereiro de 2023* -----

*O Grupo Municipal da CDU -----*

*• Bruno Graça -----*

*• Francisco Santos" -----*

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido rejeitada com vinte e sete votos contra do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Partido CHEGA, CDS/Partido Popular, dois votos a favor da Coligação Democrática Unitária e duas abstenções do Bloco de Esquerda



e do senhor deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste. -----

--- O senhor deputado municipal Joaquim Jacinto Basso Ribeiro, do Partido CHEGA, apresentou uma declaração de voto do seguinte teor: *"Declaração de Voto – Moção CDU – Condenação da escalada de confrontação e guerra! – O Partido CHEGA é contra qualquer guerra, invasão ou falta de respeito pela liberdade dos povos e respeito pelas suas fronteiras, não aceitamos no entanto que após uma humilhante declaração inicial do PCP que não condenou os ataques do invasor russo, venha agora, numa tentativa desesperada de limpar a face, com um texto que apela à paz mas tem uma carga ideológica que envergonha qualquer um ao considerarem e quase culparem o povo ucraniano, bem como a NATO, da barbárie que acontece em solo ucraniano.* -----

*Vergonha do PCP, e por estes motivos o deputado eleito pelo Partido CHEGA tomou a decisão de votar contra esta moção e solicitamos que esta declaração de voto conste em ata.* -----

*O deputado eleito pelo Partido CHEGA, Joaquim Jacinto Basso Ribeiro".* -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal da Coligação Democrática Unitária, do seguinte teor: -----

### **"MOÇÃO - SAUDAÇÃO À LUTA DOS PROFESSORES** -----

*Mais de 40 mil crianças e jovens iniciaram o mês de janeiro com falta de professor a pelo menos uma disciplina.* -----

*Não há professores suficientes e os 1 200 jovens estudantes que iniciaram neste ano letivo a sua formação para a docência estão longe de preencher os lugares que 2 401 docentes deixaram vagos no ano civil que passou.* -----

*O clamor que se escuta nas escolas e nas ruas reflete bem as causas da falta de professores e a reduzidíssima atração que a profissão exerce sobre os mais jovens: a desvalorização e a estagnação da carreira; uma progressão que não incentiva nem cativa; os baixos salários; a elevada carga horária, a transumância mal paga e incerta de professores tantas vezes desterrados centenas de quilómetros anos a fio; um regime de mobilidade por doença que privou quase três mil professores da proximidade dos locais de tratamento, do acompanhamento pela família ou da residência; enfim, a frustração e o desencanto.* -----

*É necessário e é urgente valorizar verdadeiramente as carreiras dos professores e educadores, combater a precaridade, reconhecer o tempo de serviço e garantir futuro à profissão e aos profissionais. Se é justo que professores com quatro anos de serviço sejam vinculados, é inaceitável que outros, com dez, 15 anos ou mais anos, não tenham a mesma sorte apenas porque, neste ano, os seus horários comportarem menos uma hora ou duas.* -----

*Para garantir horizonte profissional e atrair e manter docentes, é indispensável a efetiva garantia de evolução na carreira, eliminando barreiras que desmolivam e condenam à estagnação.* -----

*Nesse sentido, a eliminação das quotas e vagas para a progressão para os 5.º e 7.º escalões correspondente a uma exigência central.* -----

*Outra exigência justíssima é a contagem integral do tempo de serviço, isto é, incluindo os seis anos, seis meses e 23 dias que lhes foram retirados.* -----

*Outra reivindicação que tem de ser atendida é o concurso nacional anual tendo a graduação profissional como único critério, promovendo a aproximação de forma equitativa e transparente. É de rejeitar a distribuição de docentes pelos pretendidos conselhos locais de diretores que podem colocar professores numa ou mais escolas dentro do mesmo quadro de zona pedagógica.* -----

*Os professores e educadores, que exigem uma escola pública pautada por elevados padrões de qualidade também não compreendem as razões pelas quais o sistema os enreda tanto em procedimentos burocráticos, com sério prejuízo para o processo de ensino-aprendizagem, que exige maior disponibilidade do professor.* -----

*A prova deste descontentamento foi a enorme adesão que, a paralisação no distrito de Santarém, teve em Tomar, no dia 1 de fevereiro de 2023, que terminou numa significativa concentração de docentes na Praça da República, a maior de sempre em Tomar.* -----

*Assim como no dia 11 de fevereiro, em que professores e educadores deram a maior expressão à luta que travam pela dignificação da sua profissão, em defesa da Escola Pública, numa manifestação nacional, que levou à Avenida da Liberdade mais de 150 000 professores e educadores. A maior de sempre a nível nacional.* -----

*Luta que continuará ainda em fevereiro e meses seguintes.* -----

*Assim, a Assembleia Municipal de Tomar, reunida a 24 de fevereiro de 2023, delibera: -----*

*1. Saudar a luta dos professores e educadores, pela dignificação da profissão e pela contagem do tempo integral de carreira para a progressão na carreira;* -----



2. *Enviar esta deliberação aos órgãos de soberania e aos Partidos Políticos representados na Assembleia da República.* -----

*Tomar, 24 de fevereiro de 2023* -----

*O Grupo Municipal da CDU* -----

*• Bruno Graça* -----

*• Francisco Santos”* -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada com vinte votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Partido CHEGA, Bloco de Esquerda e do senhor deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e onze abstenções do Partido Socialista. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Partido Socialista, do seguinte teor: -----

**“Dia Europeu da vítima de crime – violência doméstica - Moção** -----

*Assinala-se hoje, 22 de Fevereiro, o dia europeu da vítima de crime e mais uma vez, somos confrontados com a notícia de uma morte em contexto de violência doméstica.* -----

*Em 2022, registaram-se em Portugal 32 mortes resultantes de violência doméstica e em 2023 já se registaram 2.* -----

*Infelizmente, a violência doméstica existe e não podemos virar os olhos a este flagelo. A violência doméstica assume várias formas e nenhuma pode ser ignorada. A violência psicológica tem consequências tão graves como a violência física ou sexual com marcas profundas que não se veem. Para além da violência doméstica, assiste-se a um número crescente de casos de violência no namoro, muitas vezes legitimada com o argumento de que se o outro faz isso é porque gosta de mim.* -----

*Qualquer ato de violência não é uma forma de amor.* -----

*Desconhecem-se os reais impactos da pandemia Covid-19 na saúde mental das populações, a que se junta uma dura realidade de guerra às portas da Europa e as suas consequências económicas que contribuem para aumentar os momentos de tensão que podem levar ao aumento da violência doméstica.* -----

*Sendo a violência doméstica um crime público, todos temos o dever de estarmos despertos para esta problemática, e denunciar sempre que presenciarmos um crime de violência doméstica.* -----

*Assim propomos à CMT, que promova ações de sensibilização sobre esta problemática e divulgue os espaços de apoio à vítima disponíveis.* -----

*Tomar, 22 de fevereiro de 2023* -----

**O GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA”** -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e um senhores deputados municipais. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Partido Socialista, do seguinte teor: -----

**“Nova NUT II – Oeste e Vale do Tejo** -----

**Moção** -----

*A Comissão Europeia, aprovou no passado mês de Janeiro a criação da nova NUT II – Oeste e vale do Tejo, que agrega as atuais NUT III – Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Oeste.* -----

*Muitos poderão achar que tal facto não interfere nas suas vidas, mas a verdade é que a criação desta nova NUT II trará à nossa região e ao Concelho de Tomar novas oportunidades.* -----

*Na atual conjuntura, Tomar pertence à CCDR Lisboa e Vale do Tejo na região plano, em matérias como ambiente e ordenamento do território, contudo em termos de fundos recorre à CCDR Centro. Tal facto, implica que Tomar e os restantes municípios do Médio Tejo concorrem a fundos comunitários no Centro, sendo que a estratégia de aplicação de fundos comunitários é definida pelos municípios integrantes da CCDR Centro.* -----

*Assim a criação desta nova NUT II trará para Tomar e toda a região novos desafios e oportunidades que certamente se traduzirão numa melhoria da qualidade de vida e num maior desenvolvimento económico. Assim solicitamos à CMT de Tomar que desenvolva todos os esforços necessários, e que acompanhe todos os procedimentos seguintes para que a nova NUT II seja uma realidade, a partir do novo quadro comunitário.* -----

*Tomar, 22 de fevereiro de 2023* -----

**O GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA”** -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e um senhores deputados municipais. -----



*[Handwritten signature]*

--- Entrando no **Ponto Um** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 23.01.2023, sobre o “**Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação 2023 - 2026**”, ao abrigo da alínea a), do nº 1, do Artº 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o senhor presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: senhora Presidente da Câmara Municipal; Célia Maria Nunes Azevedo Bonet, do Partido Social Democrata; Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira; Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária; Joaquim Jacinto Basso Ribeiro, do Partido CHEGA; Manuel António Diogo Carlos, do Partido Social Democrata; Paulo Alexandre Martins Mendes, do Bloco de Esquerda; Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista; Pedro Miguel dos Santos Lopes Pereira, do Partido Social Democrata e senhora Presidente da Câmara Municipal. -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, com trinta votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, CDS/Partido Popular e do senhor deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e um voto contra do Partido CHEGA. -----

--- O deputado municipal Joaquim Jacinto Basso Ribeiro, do Partido CHEGA, apresentou uma declaração de voto do seguinte teor: *“Declaração de Voto – “Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação 2023 - 2026” – O Partido CHEGA, não pode apoiar este tipo de ideias que provêm do «Marxismo Cultural», são pura ideologia de esquerda, e pretendem alterar a ordem natural. ----- Temos de promover a verdadeira igualdade social entre homens e mulheres, e não seguir dogmas e estigmas ideológicos dos últimos anos que têm levado a conflitos de género, devemos valorizar e respeitar a singularidade de cada ser humano e assumir as diferenças entre mulheres e homens. ----- Portugal não é um país machista. -----*

*Questões como violência doméstica não é restrita às mulheres. Homens, idosos e crianças também estão sujeitos a violência. A abordagem de demonizar o homem é mais uma vez ideologia de esquerda. O CHEGA apoia qualquer vítima independentemente do sexo, idade ou extrato social, porque a família é a célula mais importante da sociedade. -----*

*O deputado do Partido CHEGA tomou a decisão de votar contra a deliberação da Câmara de 23 de janeiro de 2023, sobre o Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação 2023 – 2026. -----*

*O deputado eleito pelo Partido CHEGA, Joaquim Jacinto Basso Ribeiro”. -----*

--- Entrando no **Ponto Dois** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 23.01.2023, sobre a “**Alteração ao Regulamento Municipal para a Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior**”, ao abrigo da alínea k), do nº 1, do Artº 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o senhor presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: senhora Presidente da Câmara Municipal; Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular; Joaquim Jacinto Basso Ribeiro, do Partido CHEGA; senhora Presidente da Câmara Municipal (2ª intervenção); Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (2ª intervenção); senhora Presidente da Câmara Municipal (3ª intervenção); David Manuel Cascaes Alves, do Partido Social Democrata; Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (3ª intervenção); senhora Presidente da Câmara Municipal (4ª intervenção); Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (4ª intervenção); João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata; Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (5ª intervenção); Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira; Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (6ª intervenção) e senhora Presidente da Câmara Municipal (5ª intervenção). -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que, na sequência das intervenções anteriores, foi solicitado pela senhora Presidente da Câmara Municipal, a retirada da Ordem de Trabalhos a deliberação da Câmara Municipal referente à “**Alteração ao Regulamento Municipal para a Atribuição de Bolsas de Estudo na Estudantes do Ensino Superior**”, para próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação dos senhores deputados municipais o referido pedido, tendo sido aprovado, por unanimidade, a sua retirada, e agendamento para próxima sessão da Assembleia Municipal. -----



--- Entrando no **Ponto Três** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 06.02.2023, sobre a **“Transferência de competências para a União de Freguesias de Serra e Junceira”**, ao abrigo do nº 2, do artº 5º, do Dec. Lei nº 57/2019, de 30 de abril, o senhor presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra. -----

--- Não havendo inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois senhores Deputados Municipais.

--- Entrando no **Ponto Quatro** da Ordem de Trabalhos – Discussão do **“Plano Ferroviário Nacional”** o senhor presidente da Assembleia Municipal apresentou a proposta aprovada em reunião da Comissão Permanente, do seguinte teor: -----

**“Consulta Pública - Plano Nacional Ferroviário”** -----

A Assembleia Municipal de Tomar, no contexto da consulta pública do Plano Ferroviário Nacional (PFN) que decorre até ao dia 28 de fevereiro, aprova os seguintes contributos, que resultaram de propostas das forças políticas e do Presidente da Assembleia Municipal (PAM), autor do texto comum. -----

O texto proposto pelo PAM e aprovado em Comissão Permanente teve como intuito ser o mais consensual possível, e evidenciar somente propostas relacionadas diretamente com concelho e/ou região. -----

As propostas recebidas da parte dos Grupos Municipais fazem parte integrante da deliberação do plenário da Assembleia Municipal a ser enviada para a consulta pública, como anexo. -----

**1. Ramal de Tomar** -----

A importância do Ramal de Tomar para o concelho e região é central. Dessa forma defendemos que o mesmo seja valorizado no PNF com medidas como: -----

a) Mais horários de comboios inter-regionais que servem o ramal, permitindo servir melhor as deslocações diárias, nomeadamente para Lisboa. Estamos cientes que esta medida pode ser viável economicamente, até porque o Ramal de Tomar apresenta bons resultados; -----

b) Garantia de manutenção, de pelo menos, os horários atuais nos serviços regionais; -----

c) O passe urbano de Lisboa, que hoje tem como limite o concelho da Azambuja, alargue o seu âmbito geográfico, integrando todo o percurso do ramal de Tomar; -----

d) Garantia da qualidade de serviço, nomeadamente evitando atrasos e suprimentos; -----

e) Requalificação e manutenção das estações e apeadeiros do percurso com investimentos nas infraestruturas, acessibilidades e parques; -----

f) Estudar a criação de uma plataforma logística ferro-rodoviária em Tomar que permita o transporte ferroviário de mercadoria entre o Pinhal Interior e as infraestruturas portuárias de Lisboa (situação que já existiu) reduzindo significativamente o peso da utilização do transporte rodoviário. -----

g) Atendendo à proximidade da área empresarial existente, acreditamos na importância no investimento na Estação de Santa Cita, nomeadamente com a disponibilização de um terminal de cargas, e com melhores condições para quem diariamente a utiliza, incluindo parque, e transportes públicos. -----

h) Manutenção e Regeneração das linhas férreas, e investimento no material circulante, nomeadamente garantido mais condições de conforto, defendendo o estudo da existência de um bar nos inter-regionais. -----

**2. Linha do Norte** -----

A importância da linha do Norte é crucial para o país. Aquela que é a mais importante linha nacional, atravessa o nosso concelho e região. Dessa forma defendemos que a mesma seja valorizada no PNF com medidas como: -----

a) A concretização da construção da nova Linha em Alta Velocidade, não pode colocar em causa a frequência dos Intercidades atuais na Linha do Norte, cruciais para um vasto território. -

b) A estação de Fátima - Vale dos Ovos deve ser alvo de um investimento num terminal de cargas pela proximidade com a nova área empresarial. Esta estação deve voltar a ser paragem para os comboios intercidades pelo menos duas vezes/dia em cada sentido. -----

c) Garantia da qualidade de serviço, nomeadamente evitando atrasos e suprimentos; -----

d) Investimento na Modernização da Linha do Norte entre a Ribeira de Santarém e o Entroncamento, incluindo estações, e apeadeiros. -----

e) Requalificação e manutenção das estações e apeadeiros no concelho de Tomar com investimentos nas infraestruturas, acessibilidades e parques; -----

f) Melhoraria da ligação a partir do Entroncamento, a principal estação do Médio Tejo no sentido norte (Coimbra, Aveiro e Porto); -----



g) Construção de travessias ferroviárias em vários pontos do território, suprimindo ligações em falta, começando pela travessia exclusivamente ferroviária do Tejo. Nesta deverão coexistir múltiplos serviços ferroviários de passageiros, assim como de mercadorias; -----

### 3. Oficinas do Entroncamento -----

A oficina da CP do Entroncamento (Antiga EMEF) deve ser alvo de investimentos, e aproveitada para a produção de material circulante, com enormes potencialidades de desenvolvimento económico e social. -----

### 4. Equacionar Novas Linhas -----

a) Ligação Tomar - Fátima – Leiria. A projetada estação de alta velocidade em Leiria constitui uma oportunidade única de intermodalidade de transporte de passageiros e, tendo em conta a proposta já apresentada publicamente no âmbito desta consulta pública para a ligação da cidade de Fátima a Leiria, consideramos oportuna a ligação de Tomar a Fátima e, conseqüentemente, a Leiria. Seja pelo setor turístico, na complementaridade da oferta turística no concelho de Tomar e na cidade de Fátima, seja pela dinâmica industrial e laboral do concelho de Leiria, esta ligação traduzir-se-á num ímpeto socioeconómico muito significativo para o nosso concelho. -----

b) Equacionar-se a possibilidade da ideia que há vários anos chegou a ser prevista, que é a continuação do Ramal de Tomar até Castelo Branco, o que tornaria Tomar como um novo interposto e Centro Ferroviário Nacional, aproximando o concelho do Pinhal Interior Norte e Sul, que ficariam assim com ligações privilegiadas para Lisboa e Leiria. -----

Anexo 1: Proposta do Grupo Municipal do PS -----

Anexo 2: Proposta do Grupo Municipal do PSD -----

Anexo 3: Proposta do Grupo Municipal da CDU -----

Anexo 4: Proposta do Grupo Municipal do CH -----

Anexo 5: Proposta do Grupo Municipal do BE -----

Tomar, 13 de fevereiro de 2023" -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: senhor Presidente da Assembleia Municipal; João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata; Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária, que fez uma intervenção do seguinte teor: "O denominado P.F.N., agora em discussão pública, é um documento que evidencia, apesar da valia técnica de muitas das suas propostas, um conjunto de omissões na sua concepção que o fragilizam enquanto verdadeiro plano ferroviário nacional, assumindo-se muito mais como uma reflexão sobre o desenvolvimento da infraestrutura ferroviária e dos serviços que a devem utilizar, retirando-lhe credibilidade política quanto à sua efectiva execução. A este respeito vale a pena lembrar o que se tem passado com a construção da TTT consensualizada há quase 30 anos, nunca construída e agora de novo defendida e considerada fundamental para o sucesso deste Plano que a considera "... a peça mais importante em falta na rede ferroviária nacional". -----

Esta proposta de Plano Ferroviário Nacional, para garantir a sua credibilidade precisava de se preocupar em identificar e resolver os constrangimentos que na vida real têm impedido a concretização de sucessivos anteriores planos sempre aprovados e nunca, por opção política, implementados ou então implementados com taxas de execução inaceitáveis. Mas abordemos algumas omissões, que consideramos auto-limitadoras, deste documento: -----

1- Será que é possível construir um PFN sem analisar a situação actual do sector e as razões porque se chegou a ela? O documento em discussão, a certa altura chega a reconhecer, "... este é o primeiro troço a ser construído em 25 anos..." Mas não pergunta, porquê? Como também poderia perguntar, e não pergunta: porque não se compram comboios desde 2003? Ou porque derrapa cada obra durante anos? Ou qual o balanço dos anteriores Planos? Do Ferrovia 2020, por exemplo? Sublinhe-se que seis anos depois de lançado, mais de dois anos após a data anunciada para a sua conclusão, com incontáveis conferências de imprensa e inaugurações pelo meio para iludir tolos ao longo de todo o processo, mas que até ao momento, apenas 25% do Ferrovia 2020, está concluído. -----

Já agora recordar que 3 governos de Cavaco Silva, 2 de José Sócrates e um de Passos Coelho, entre 1987 e 2013, encerraram 1235 Km de Linha e Ramais e encerraram 283 estações e apeadeiros. -----

2- Este é um Plano Ferroviário quase sem comboios já que nada se planifica sobre comboios. Que frota existe hoje? Qual a sua esperança de vida útil? Que frota é necessário adquirir (comprar, alugar, construir) para responder aos níveis de procura e oferta que se projectam? E este é um tema particularmente útil e que dá jeito, quando se produz retórica sobre alterações climáticas e descarbonização. -----





3- Este é um Plano Ferroviário que não faz qualquer reflexão sobre o seu modelo operacional. Que não avalia as consequências da fragmentação da CP. Que não avalia as consequências da fusão da REFER e da EP, e, conseqüentemente, não avalia a importância de voltar a fundir REFER e CP. Que fala em Terminais Rodoferroviários e esquece que o Governo acaba de retirá-los ao domínio ferroviário. Que não avalia, não valoriza, a importância da reversão realizada da separação da EMEF da CP. ----- No entanto e curiosamente este é um Plano que afirma: "... no sistema ferroviário, a infraestrutura e os serviços são indissociáveis a todos os níveis, desde o nível do planeamento até ao da compatibilidade tecnológica ...". Mas então onde está a consequência, desta afirmação, no Plano? Porque vamos então manter a infraestrutura e a operação, separadas? -----

4- Uma outra constatação não menos curiosa é podemos dizer que esta é um Plano Ferroviário sem ferroviários. Nada é dito sobre os homens e mulheres que fazem o sistema funcionar. A necessidade da sua formação e valorização. A necessidade de voltar a repovoar o sistema com trabalhadores, condição para a sua segurança e fiabilidade. -----

5- É uma proposta de Plano que não planifica especificamente como criar as condições para uma maior incorporação nacional na resposta às necessidades ferroviárias. Desde logo, na reconstrução da capacidade nacional de produção de material circulante, que só se pode alavancar num plano a longo prazo. Mas também na própria resposta às necessidades de engenharia ferroviária, de produção de carril e outros materiais e instrumentos, da construção e manutenção de infraestrutura. -----

6- É um Plano onde, com uma ou outra exceção, as questões do preço dos transportes, da bilhética e do financiamento do sistema estão completamente omissos. -----

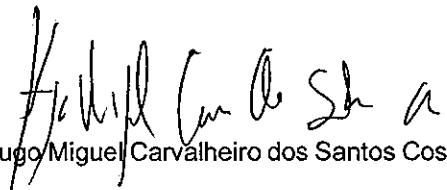
7- Talvez escaldados com os sucessivos incumprimentos por parte de sucessivos Governos, talvez para fugir a uma definição de prioridades que exporia a própria política do actual Governo, a verdade é que este Plano abandona qualquer perspectiva de calendarização e de definição de prioridades"; Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular; David Manuel Cascaes Alves, do Partido Social Democrata; Pedro Miguel dos santos Lopes Pereira, do Partido Social Democrata; Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista; David Manuel Cascaes Alves, do Partido Social Democrata (2ª intervenção); Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista (2ª intervenção) e João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata (2ª intervenção). -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e um senhores deputados municipais.

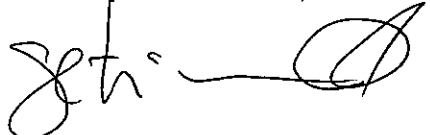
--- Entrando no Ponto Cinco e Seis da Ordem de Trabalhos "**Apreciação da Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar**", ao abrigo da alínea c), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e "**Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia**", ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: António Manuel Lourenço dos Santos, do Partido Social Democrata; Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular; senhora Presidente da Câmara Municipal; Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária; João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata; senhora Presidente da Câmara Municipal (2ª intervenção); António Manuel Lourenço dos Santos, do Partido Social Democrata (2ª intervenção); João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata (2ª intervenção); senhora Presidente da Câmara Municipal (3ª intervenção); Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (2ª intervenção); António Manuel Lourenço dos Santos, do Partido Social Democrata (3ª intervenção) e senhora Presidente da Câmara Municipal (4ª intervenção). -----

--- Nada mais havendo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais foi lavrada a presente ata que, depois de lida, vai ser assinada por mim, Maria de Fátima R. da Costa Graça Duarte, Primeira Secretária, que a redigi e pelo Presidente da Mesa. -----

Presidente da Assembleia Municipal,

  
Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa

A Primeira Secretária,

  
Maria de Fátima R. da Costa Graça Duarte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR